

Revolução



**Não te deixes
prender
pelas eleições
burguesas**

Isabel
do
Carmo
ameaçada de prisão

NUMERO
ESPECIAL
20 páginas

**O PODER
ATACA
O
'REVOLUÇÃO'
PORQUE
QUER
ATACAR
A
REVOLUÇÃO**

Pág. 3

Pág. 4
**A
"REVOLUÇÃO"
DO DR.
MÁRIO SOARES**

- Pág. 12,
13, 14 e 15
- **A REFORMA AGRÁRIA
EM FOCO**
 - **ENTREVISTAS**
— QUEBRADAS
— CORUCHE

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

COMO ENTENDO O PARTIDO

Camaradas: Desde há longos meses que sou comprador sistemático do vosso jornal, através do qual tive oportunidade de tomar contacto com a teoria revolucionária do PRP (como das BRs), na qual tenho vindo a reconhecer, e cada vez mais coerentemente, a linha revolucionária não dogmática, não estalinista e não burocrática de que nasce o movimento operário, sistematicamente atirado para o falso dilema «anarquismo ou stalinismo»: um verdadeiro sopro de ar puro, clarificador de conceitos e práticas, desmistificador do «marxismo-leninismo» (entendido como mera súpula de teorias, nas conhecidas biblias...), afirmação de uma prática revolucionária baseada na análise marxista da história, sem cair em mecanicismos, acrisismos ou dogmatismos estéreis e prejudiciais. Entendendo o comunismo, como dizia Marx, não como um «estado» que deve ser criado, nem como um «ideal» pelo qual a realidade

deve ser regulada. Nós chamamos comunismo ao movimento real que abale o actual estado de coisas. As condições deste movimento resultam das permissas hoje existentes (a Ideologia Alemã). Entendendo por partido, citando de novo Marx, «não uma liga morta desde há oito anos, ou uma redacção de jornal dissolvido há doze. Entendendo o termo Partido na sua larga aceção histórica», como algo que «nasce espontaneamente do solo da sociedade contemporânea. A formação da organização é um produto dos antagonismos desta sociedade. Se a classe foi batida, se a sua organização de luta perdeu o seu carácter revolucionário rejeitando o programa, uma nova organização reaparecerá ESPONTANEAMENTE; os contrastes sociais levarão à sua explosão sobre a cena da História: o Partido reaparecerá». Repudiando a ideia do «partido» como a consciência (vinda do exterior) que o proletariado não tem, a

ideia de que «o movimento operário e o socialismo não têm de modo nenhum natureza idêntica» (Lenine). Reafirmando (e que triste é ter ainda que o estar a repetir constantemente) o carácter necessariamente violento, armado e insurreccional da Revolução Socialista.

Afirmando que só se pode, efectivamente, falar em socialismo com referência ao poder dos trabalhadores, exercido através dos seus organismos autónomos, e não «através» (por) uma qualquer minoria (ou partido), ainda que dizendo querer ou querendo (à partida) realizar o verdadeiro socialismo. Marcando a necessidade de um contra-poder autónomo dos Trabalhadores na fase de transição para o (ou de consolidação do) socialismo como forma de defesa de desvios burocráticos, centralistas ou stalinistas, e como afirmação da sociedade autogovernada em construção, órgãos

operários através dos quais estes tomarão o poder, abolindo, de uma vez para sempre, não só as relações económicas de explorador e explorado, mas também (e paralelamente) as relações sociais de dirigente e dirigido. Enfim, marcando uma teoria e uma prática efectivamente revolucionária e comunista, a caminho de uma ditadura do proletariado que, como dizia Rosa Luxemburgo, seja efectivamente exercida pelos trabalhadores.

Face a esta afirmação cada vez mais completa de uma teoria-prática revolucionária, por

parte do PRP, e pela qual me cumpre felicitar todos os camaradas, mais e mais me tenho vindo a identificar com o Partido, encarando muito a sério a possibilidade de, quando a minha vida mo permitir, oferecer-me para trabalhar, junto com vocês, num trabalho (luta) militante pelo socialismo. Até lá podem ter a certeza de poder contar comigo em toda a parte onde se faça a Revolução, em todo este Portugal e este mundo que SERÁ VERMELHO!

Saudações Revolucionárias
R.C.

ACERCA DAS ELEIÇÕES

Camaradas: Aos trabalhadores interessa acabar com a exploração capitalista e por isso não votar lado a lado com os patrões. Interessam-lhes sim tomar nas suas próprias mãos, as fábricas, as empresas, os campos, etc. e não eleger os seus próprios exploradores.

Assim, as eleições surgem como meio de encobrir estas relações de exploração e a luta que daí resulta, desviando a atenção dos trabalhadores dos seus reais problemas. Mais: a burguesia, ao fazê-las, pretende de que esta luta de classes (classe operária contra a burguesia) se transforme em colaboração de classes, isto é, que os trabalhadores ajudem a exploração de si próprios.

As eleições constituem antes e essencialmente um cam-

po de manobras para só partidos que nelas participam e que representam todas as saídas possíveis menos a única que interessa historicamente às massas exploradas e oprimidas: a sua emancipação. A emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. Se estes (os trabalhadores) não a realizarem ninguém a realizará, pois ela não se delega a ninguém, muito menos no Estado capitalista, que a impede violentamente, e em partidos que sempre utilizarão o proletariado e o povo trabalhador em geral para os seus fins de partidos defensores da exploração actual, ainda que doutra forma.

De facto, as massas trabalhadoras só se poderão emancipar lutando radicalmente contra todas as espécies de

instituições burguesas e levando até as últimas consequências a sua destruição, isto é agudizando o caos económico do capitalismo e contrapondo-lhe a realizando já na prática, formas de auto-organização da classe operária e camponesa, nos campos, nas fábricas, nos bairros, coordenados e centralizados a nível nacional em ligação com os camaradas soldados de maneira a derrubarem o poder burguês e tomarem na mão o controlo e gestão de um novo Estado, o Estado proletário.

VIVA A ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA
FORA COM A CANALHA, O PODER A QUEM TRABALHA
UMA SO SOLUÇÃO REVOLUÇÃO SOCIALISTA
P.M.

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral 90\$00
180\$00

Estrangeiro

ASSINATURA: Semanal 300\$00
Anual 600\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em vale

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL ... Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» ... Rua Castilho n.º 70, Lisboa
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE
Rua Álvares Cabral, 110. PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO
Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário ... das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS
Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário ... das 12 às 20 horas.

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO ... Rua Álvares Cabral, 110
Tel. 315759/315786

VIANA DO CASTELO ... Rua de Altamira, 102 Tel. 24320

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA ... Rua Eça de Queirós, nº 33

MARINHA GRANDE ... Rua Marques de Pombal, n.º 85

ARGE ... Tel. 92169

COVILHÃ ... Rua Visconde da Coricada, n.º 60 ... Tel. 25542

CASTELO BRANCO ... Rua de Santa Maria, 10

S. JOÃO DA MADEIRA ... Rua Jaime Afreixo, n.º 142

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA ... Av. da República, n.º 40

ALGÉS ... Rua Victor Duarte Pedroso, n.º 15 ... Algas de Cima Tel. 2100337

PAREDE ... Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142

SACAVÉM ... Largo 5 de Outubro, n.º 16-17 Tel. 2512807

AMADORA ... Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL ... Rua Jorge de Sousa (Colégio Frei Agostinho da Cruz)

BARREIRO ... Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745

LAVRADIO ... Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 12

COVA DA PEDADE ... Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/2763397/2763122

QUINTA DA LOMBA ... Praça Francisco Xavier

SINES ... Rua Marques de Pombal, n.º 86

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

EVORA ... Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998

BEJA ... Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO ... Rua Dr. Candido Guerreiro, 35 Tel. 24107

LOULE ... Av. José de Costa Meilha, n.º 39-1.º Tel. 63043

PORTIMÃO ... Rua 5 de Outubro, 17

OLHÃO ... Rua 18 de Junho, n.º 44-B-C

FERRAGUDO ... Rua 1.º de Maio

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA ... Av. 5 de Outubro Tel. 77001

DIRECTORA DO "REVOLUÇÃO" AMEAÇADA DE PRISÃO

O PODER ATACA O "REVOLUÇÃO" PORQUE QUER ATACAR A REVOLUÇÃO

Caro camarada leitor do «REVOLUÇÃO»

Como sabes o nosso jornal tem sido alvo de ataques da parte do poder. Os processos instaurados aos n.ºs 58 e 65 são apenas o começo de uma guerra desencadeada sobre o «REVOLUÇÃO», o PRP e os seus dirigentes, usando a via «legalista» (assim mantem a capa democrática), enquanto as contradições internas não lhes permitem outras vias mais violentamente repressivas. Mas sabemos que outros processos se seguem em relação ao jornal e ao Partido.

E lembramos que este é o único jornal partidário que vai a julgamento; e que, em relação a um dos processos (n.º 65) uma das causas é um comunicado — o do CLARP — que foi publicado pelos jornais diários e por todos os jornais de esquerda.

E no entanto hoje, mais do nunca, a informação revolucionária é necessária, uma vez que os jornais diários, a rádio e a televisão foram assaltados pela social-democracia, que cada vez se torna mais fascista.

É um momento em que o jornal «REVOLUÇÃO» necessita de estar presente como voz revolucionária. Mas, para isso, precisamos de dinheiro. Este partido não recebe dinheiro nem dos Estados Unidos, nem da social-democracia Europeia, nem da China, nem da União Soviética, nem da Albânia. É um dos poucos partidos que se pode orgulhar de não depender de dinheiros estrangeiros e de não estar obrigado a servir interesses nacionais estrangeiros.

Por isso tem de encontrar dinheiro pelos seus próprios meios.

Por isso, neste momento em que é objecto da repressão e em que necessita mais do que nunca de tomar a iniciativa revolucionária, o jornal «REVOLUÇÃO» apela para a solidariedade dos seus amigos.

Sabemos que a maior parte dos leitores e assinantes do «REVOLUÇÃO» tem poucos meios financeiros. No entanto uma contribuição é quase sempre possível.

Apelamos hoje para essa tua contribuição. Cada leitor cada assinante do «REVOLUÇÃO», pode colaborar activamente:

**DANDO AJUDA FINANCEIRA
FAZENDO AGITAÇÃO E PROPAGANDA CONTRA AS MEDIDAS REPRESSIVAS CONTRA O REGRESSO DO FASCISMO**

IMPORTANTE: ENVIA-NOS NOMES E ENDEREÇOS DE CAMARADAS (ALGUNS QUE PODERÃO MESMO SER LEITORES OCASIONAIS), QUE POSSAM TORNAR-SE ASSINANTES DO «REVOLUÇÃO» OU QUE QUEIRAM CONTRIBUIR PARA AJUDAR O NOSSO JORNAL

Saudações revolucionárias
Pelo REVOLUÇÃO
ISABEL DO CARMO

que os trabalhadores se organizem para empregar a violência, porque só com esta se poderá derrubar o poder da burguesia.

«O «Revolução» diz e o P. R. P. faz. É por isso que o poder não o suporta e o vê como verdadeiro inimigo. O poder perdeu a vergonha, não tem argumentos. E dispõe-se, portanto, a usar as velhas armas — a repressão, a arbitrariedade.

MAS O PODER ENGANA-SE

O poder pode prender dirigentes do P. R. P., mas este partido tem milhares de militantes que, de forma redobrada, continuarão o combate.

O poder pode calar o «Revolução». Este partido encontrará outros jornais e outras formas de fazer a propaganda da sua orientação.

E será preciso recordar que, se vier o fascismo, nós conhecemos formas várias e com imaginação para vencer a barreira...

Nós somos os mesmos que puseram petardos espalhando por toda a Lisboa e Margem Sul a notícia da greve da fome na Capela do Rato. Nós somos os mesmos que espalharam petardos com panfletos em duzentos locais diferentes, de Norte a Sul do País, no dia 1 de Maio de 1973. Nós somos os mesmos que largámos porcos vestidos de almirante (Américo Tomás), no dia das eleições... Nós somos os mesmos e muitos mais a quem já ensinámos tudo isso.

Na pág. 16
Lista de testemunhas de defesa
de Isabel do Carmo

Camaradas socialistas

(Socialistas com o, de sociedade social e não com u de súa de parasitas, de malandros, escrocs sociais, ou ch de chucladeira demagógica dos demagogos burgueses).

Digam, por favor, se terei de ir a Lisboa, e quando, participar como testemunha do julgamento da camarada Isabel do Carmo (vingança e terrorismo político dos contra-revolucionários social-democratas e neofascistas). Estou pronto para tudo. É preciso carregar e bater forte.

Digam algo.

Saudações verdadeiramente democráticas.

Ferreira da Costa

A CAUÇÃO É LEVANTADA

Perante o requerimento do advogado (dr. Jorge Fagundes), o Tribunal substitui o pagamento de caução pelo regime de liberdade vigiada.

LIBERDADE VIGIADA

A directora do «Revolução» passa a ser sujeita ao regime de «liberdade vigiada» (liberdade vigiada é o que ela tem sempre...) o qual consiste na apresentação regular em Tribunal.

É assim que, nos dias 5 e 20 de cada mês, é obrigada a apresentar-se no Tribunal da Boa-Hora. Fica proibida de mudar de residência por mais de 5 dias sem comunicar. Fica proibida de cometer qualquer outra infracção; se o fizer será presa. Ou seja, pretendem que fique nas mãos do Ministério da Comunicação, que pode considerar infracção o que quiser, com a arbitrariedade que o caracteriza.

PORQUE É QUE O «REVOLUÇÃO» É ATACADO

«Revolução» é o único jornal partidário que tem processo em Tribunal. Em relação ao segundo processo, é acusado mesmo por textos publicados noutros jornais.

É clara a intenção de querer calar o «Revolução» (segundo a lei, ao terceiro processo o jornal é suspenso definitivamente) e de atingir os dirigentes do P. R. P. para poder atingir este partido.

— Mas, não só...
— É também porque o «Revolução» diz que não chega denunciar. Diz que é preciso:

— Organizar os trabalhadores para vencerem o regresso da burguesia.

— Fazer a unidade à volta da luta não apenas contra o fascismo, mas também contra o capitalismo no seu todo.

— E diz também que é necessário

NOTAS BREVES

O NAMORO DE COSTA GOMES

Aquando do encerramento da Assembleia Constituinte, no passado dia 2, foi por demais notório o namoro que o PS — pela voz de Henrique Barros, deputado eleito pelo PS e ex-presidente da Constituinte — fez a Costa Gomes.

Assim, afirmou Henrique Barros:

«A presença do general Costa Gomes na Magistratura Suprema (...) significou, constantemente, para mim, a conivência de que não seríamos abusivamente impedidos de levar ao fim o nosso trabalho».

E mais à frente:

«Teremos nós, os constituintes de 1975-76, conseguido gisar essa Constituição de que nos falou Costa Gomes (...)? No momento em que se começa a falar insistentemente na candidatura de Costa Gomes, não deixa de ter significado este desejo do PS em manter viva a chama do actual Presidente da República».

«TUDO PARA IMPEDIR ESTA SOLUÇÃO»

De acordo com o «Tempo» — jornal que é um dos porta-vozes da direita fascista e fascizante — «os sectores militares continuam a preocupar-se com as eleições para a presidência da República»; um candidato da direita se destacaria — Pires Veloso que «Teria o apoio do gen. Ramalho Eanes e de outras figuras militares».

No entanto, para o «Tempo» determinadas facções políticas ainda apontam em Costa Gomes o que «É violentamente contestado em certos meios políticos-militares, que anunciaram estar dispostos a tudo fazer para impedir esta solução».

Haverá forma mais clara de se ameaçar um golpe de direita?

«SER REVOLUCIONÁRIO HOJE»

Assim começa mais uma lamúria do reaccionário Álvaro Guerra no jornal «A Luta» de 5-3-76.

Só uma coisa pretende provar que a violência é condenável quer seja reaccionária ou revolucionária. É sempre a mesma busca do impossível, da negação da existência de classes defendendo os interesses de classe da burguesia.

É a defesa da repressão da burguesia com a capa do não às violências. Tal como se defende a ditadura da burguesia apelando para a «democracia pura» e repudiando

Continua na pág. 4

e a actualidade nacional

NOTAS BREVES

Continuação da pag. 3

o que chamam de «totalitarismos».

É por isso que são capazes de comparar o atentado reaccionário contra o padre Maximino de Sousa com a violência revolucionária dos trabalhadores; que são capazes de comparar a violência revolucionária dos movimentos de libertação nacional (por ex. o MPLA) com a violência reaccionária do imperialismo e seus lacaios (por ex. FNLA/UNITA).

É por isso que são incapazes de compreender o papel histórico do proletariado e, vagueando nas névens, ora choram porque a burguesia exerce a sua violência, ora choram, porque o proletariado responde e avança. É por isso que, no máximo conseguem ser «antifascistas de boca» pois a luta contra o fascismo passa pela luta violenta contra o capitalismo e que, neste momento em Portugal, quando tudo é mais claro e se põe o problema da insurreição armada, eles não hesitam: juntam-se à burguesia para reprimir os trabalhadores; no fundo abrem as portas ao fascismo.

«A ESQUERDA PORTUGUESA NÃO SABE GOVERNAR»

Afirmção do fascista Freitas do Amaral em Coimbra. Exemplo claro do que pretendem. A lógica mais reaccionária.

A esquerda não sabe governar — qual não interessa — que venha o fascismo outra vez. As empresas nacionalizadas não dão os lucros aos capitalistas, têm problemas: venham os capitalistas. As terras nas mãos dos assalariados agrícolas e pequenos camponeses levantam problemas — venham os latifundiários. Há reuniões e agitação política: acabe-se com isso, é preciso é trabalhar, venha a policia de choque, Pide, etc., acaba-se com os marxistas que iam destruindo Portugal. Os operários fazem greves: são marxistas, porra para cima.

Para os capitalistas, que melhor programá que este, e não é sem razão que gritam «Portugal será belo com Galvão de Melo». Não duvidamos que todos os reaccionários pensam assim, só que, primeiro não é original (em Portugal já tem 48 anos), depois muito mudou com o 25 de Abril, e os trabalhadores deste país estão mais unidos, organizados e armados. Para vencerem, os fascistas terão que esmagar os trabalhadores, terão que esmagar o Poder Popular Armando. A batalha será dura para os trabalhadores mas, como todos os explorados, têm a força que lhes advém de nada terem a perder.

A "REVOLUÇÃO" DO DR. MÁRIO SOARES

Foi editado em França o livro «Portugal: que Revolução?» constituído por entrevistas feitas a Mário Soares pelo jornalista do jornal «Le Monde», Dominique Pouchin, editado pela Calmann-Levy, em 1976

Desse livro, já o jornal «Expresso» publicou

O ENCANTO DA VIDA

Do retrato dessa personalidade, que gosta do «encanto» da vida e que não se quer revolucionário, realçamos a resposta, que pode ser lida nas páginas 11 e 12:

D. P. — O conforto e as pequenas fantasias, os hábitos de uma pessoa de boa vida, sem excessos nem privações: procurar-se-á em vão os traços particulares dum dirigente mergulhado numa revolução?

M. S. — Mas isso também não é verdade para os grandes revolucionários? Mas, esteja assegurado, eu não tenho a pretensão de ser um deles. A maior parte deles, não vieram da minha classe? Quanto eu estava no PC, quiseram-me pôr numa vida clandestina. Sugeriram-me, alguns asseguraram-me que, um dia ou outro, eu seria obrigado a isso. Mas eu sempre lutei por ficar na legalidade. Eu sentir-me frustrado se tivesse que viver 10 anos na clandestinidade, cortar com os meus, com os meus amigos, privar-me da leitura e de viajar, tudo o que faz o encanto da vida. A política é uma coisa importante, central mesmo, mas isso não exclui o resto. Eu aceitei também o risco da prisão, mas evitei voluntariamente a restrição da clandestinidade.

AS PISTOLAZINHAS

O PS é um partido legalista...

Quando a pistolas, só com os papéis em ordem. E Soares não é homem para «covoioadas». Isso tudo ele explica na entrevista. Só não explica o arsenal que foi encontrado a um seu guarda-costas, arsenal esse mostrado amplamente na televisão e nos jornais diários, mas em relação ao qual se escondeu a identidade do dono. Segredos de justiça... ou segredos da panelinha governamental. Mas, diz o secretário-geral a respeito disso (Pág. 16):

D. P. — (...) Ao mesmo alguns camaradas de casado bem recheado?

M. S. — Somente algumas pistolas pequenas, com todas as licenças em ordem. Mas eu achava-os bizarros. Isso nunca me veio à ideia. Nunca.

DO LEÃO SOCIAL-DEMOCRATA AO REVOLUCIONÁRIO DE GAULLE

«Não se pode jogar em dois tabuleiros ao mesmo tempo... Ai estamos de acordo com Soares! Não se pode fazer socialismo e capitalismo ao mesmo tempo. E preciso escolher. Ele — o capitalismo. Nós — o socialismo. Ai está o que se pode concluir começando por falar na Lissnave. (pág. 95-96).

D. P. — Não há aí algumas razões precisas — e não confessáveis — nas dificuldades da Lissnave? Foi ou se dum boicote resolutivo do estrangeiro, principalmente dos países onde a social-democracia está no poder.

M. S. — Eu não nego que se tenha feito certas formas de bloqueio. Mas, na verdade, isso prova bem que não se pode

jogar sobre dois tabuleiros ao mesmo tempo: injuriar quotidianamente a social-democracia europeia e estender a mão para que ela vos ajude. E preciso ser consequente. Nós temos tido um comportamento infantil em relação ao espaço circundante estrangeiro, capitalista, que olhava com olhos desconfiados as atribuições da nossa revolução: nós «provoçámos o leão» demasiadas vezes...

D. P. — Em vez de o acariciar?

M. S. — Não, em vez de saber, muito simplesmente, que é um leão, que ele ruga e pode morder.

D. P. — Com que gestos, com que iniciativas o PS português mostrou, depois do 25 de Abril de 1974, que ele não era social-democrata, mas lutava por uma autêntica revolução socialista?

M. S. — Não encorajámos a política de nacionalizações?

D. P. — De Gaulle também, no seu tempo. E não foi por isso que ele se tornou revolucionário.

M. S. — Desengana-se. Em muitos aspectos, ele foi um revolucionário.

O ÓDIO AO PODER POPULAR

O poder popular corria rápido para a insurreição! A «população» estava na rua. Os soviéticos formavam-se nos quarteis! Das entranhas da sociedade a revolução rugia. Os «encantos da vida» da burguesia estavam seriamente em risco. Soares é um termómetro (pag. 182, 183 e 184):

M. S. — (...) Na cidade, tomava-se a revolução por uma festa permanente feliz por aproveitar os prazeres da sociedade de consumo quando, na fábrica, se parava de produzir por um sim ou por um não, uma assembleia, uma discussão ou uma «manifestação»... No campo — no Alentejo essencialmente — confundia-se reforma agrária, e anarquia, ocupavam-se terras por todo o lado que não deviam ser, vendia-se o gado ao desbarato, arruinavam-se as colheitas sem pensar no dia de amanhã nem nas revoltas de pequenos camponeses, que vão germinando. E, durante este tempo à bilhete functionait, os emigrantes eslavos viajavam a sua conta dos bancos, o mercado negro fazia a sua aparição, os refugiados de Angola chegavam as dezenas de milhares e passava-se alegremente o cabo dos trezentos mil desempregados (...)

(...) A quem interessava esta «barraça», monstra, esta indisciplina, esta subversão generalizada? Que vinham fazer em Portugal de 1975 estes sovietes de soldados e de marinheiros saídos direitinho das guerrilhas de Petrogrado e de Cronstadt, com a poesia mal sacudida, despatchados juntamente com um modo de emprego datando de 1917? O estado-maior tinha perdido a bússola, para assim deixar dizer e deixar fazer sem reagir, indo mesmo, por vez, encorajar estas «novas formas» de apoio ao poder popular? Onde é que nos conduzia esta anarquia? Como não ver, não compreender a raiva da maior parte dos oficiais

alguns extractos do capítulo «Auto-Retrato», onde o leitor pode apreciar a personalidade confessadamente burguesa do dr Soares Mas, outras revelações são feitas, nesse livro, cuja leitura recomendamos a quem duvide do carácter de direita da direcção do PS ou a quem queira fazer alianças com tal partido, chamando-lhe «esquerda»

diante das bidasses débil que fazem a saudação de punho erguido? Obrigados a aceder face à força numérica e à impunidade assegurada aos semeadores de distúrbios, eles ruminavam a sua vingança, marcados pela sua educação elitista, o seu apego aos valores hierárquicos e ao seu sentido de autoridade. Eles iam reagir, e demais sabemos nós, por experiência a quem é que aproveita uma rebelião de oficiais cansados pela desordem e a gabegie para correr o risco dando-lhes alguma raia para intrevir.

CONTACTOS CONFESSADOS ESTADO-MAIOR DA ARMADA CONFESSADO AFINAL DE QUEM ERA O GOLPE?

D. P. — Temeu que eles (os comunistas e os esquerdistas) tomassem realmente o poder?

M. S. — Os insurrectos estavam preparados para assegurar o controlo da capital e aí instalar a sua comuna.

Se não necessário, então, um verdadeiro cerco para a tornar a apañar. Nós estávamos perfeitamente informados de tudo o que se passava graças às nossas secções e aos nossos militantes isolados que se transformaram muito rapidamente em «agentes de informação». Eu tive mesmo diversos contactos importantes com militares próximos do Estado Maior Operacional da Amadora e mantive um contacto estreito com a Presidência da República.

POR ESTRADAS SECUNDÁRIAS FUGIAMOS MENINOS DO CAPUCHINHO VERMELHO

A fugir para as zonas libertadas, lá iam os «resistentes». E, tudo isto para voltar a ouvir cantar o fado... (pag. 208)

D. P. — A tomada de posição firme do chefe do estado teve alguma incidência imediata sobre a continuação dos acontecimentos?

M. S. — Incontestavelmente que pesou muito, porque retirou toda a legitimidade aos insurrectos. Mas, cerca das 8 ho-

ras, podia-se esperar ainda o pior. Um oficial preveniu-me de que a relação de forças das Forças Armadas estava por definir: a atitude dos «fuzas» não era determinada e os aviões encarregados de bombardear Monsanto estavam somente a sobrevoar a Base em voos rápidos.

Então eu tomei a iniciativa de reunir urgentemente os responsáveis do partido com os ministros e secretários de estado socialistas. Após uma análise breve mas precisa da situação, nós decidimos dividir a direcção e enviar alguns dirigentes, entre eles eu mesmo, ao Porto para organizar, em caso de necessidade, a resistência à ditadura comunista. Eu parti com a minha mulher Manuel Alegre e Jorge Campinos por estrada secundária para evitar as eventuais barragens sobre a autoestrada do Norte. A partir das Caldas da Rainha, nós entrámos em contacto com as nossas secções locais que estavam em pé de guerra, em Leiria telefonámos para a sede do partido em Lisboa. As notícias eram boas: os Comandos tinham acabado de tomar Monsanto sem disparar um tiro e os brasileiros não se mexeram. Nós sentimos que tudo voltava a ordem quando a rádio começou a emitir de Porto. Entre duas leituras dum comunicado do Estado Maior General, detam fados e canções populares que tinham desaparecido do repertório de há um ano para cá. Portugal reencontrava a sua identidade

VIVA A ALIANÇA CHUCHO-ELP!

Para terminar transcrevemos a pergunta e resposta inseridas na pag. 188 que não merecem comentários, mas que devem fazer reflectir.

D. P. — Inspirando-se no exemplo do PCF que, na resistência se batia — diz você — lado a lado com os «ultras», estava você disposto a lutar ao lado dos activistas do ELP, contra os adeptos da democracia popular?

M. S. — O problema felizmente não se pôs, pois as pessoas do ELP são clandestinas ou foram para o estrangeiro. Mas, se os comunistas tivessem tomados o poder, a aliança teria-se, certamente, realizado.

NOVAS BUSCAS NA AZAMBUJA

Na passada terça-feira as cooperativas ribatejanas foram — mais uma vez — alvo de buscas por parte de forças militares e militarizadas

Esta vez estiveram presentes, aiem da GNR e da PSP, vários «jeeps» da Policia do Exército.

«Através destas novas buscas (que foram extensivas à Comuna Che Guevara (no Muxito) o poder mostra bem não estar nada preocupado em encontrar as armas das organizações fascistas. Mas, pelo (não) vistos, não consegue encontrar as armas dos revolucionários.

e a actualidade nacional

A burguesia portuguesa avança na condução do processo de fascização. Para eles, o problema é refazer os seus aparelhos de repressão, para desferir o golpe sangrento sobre os trabalhadores.

O M.F.A., como sempre o afirmámos, nunca foi um movimento homogéneo. No seu seio havia de tudo, desde fascistas a revolucionários. Com o «pronunciamento de Tanços», a direita do M.F.A., unida à facção social-democrata, deu os primeiros passos na destruição total do M.F.A. E, a partir daí, que as estruturas do M.F.A. nunca mais funcionaram.

Com o golpe reaccionário de 25 de Novembro, a direita deu outro passo: avançou na destruição do espírito democrático do 25 de Abril, acabou com o que havia de revolucionário nos quartéis, encontrou a força para sanear os oficiais revolucionários, destruir a liberdade de discussão política nos quartéis para destruir a unidade entre os soldados e os trabalhadores, para avançar na repressão sobre os trabalhadores (e a sua organização autónoma) e sobre os revolucionários.

Mas não chega. A burguesia compreendeu que a social-democracia em Portugal não é possível, por isso tem que impôr o fascismo.

Com o 25 de Novembro, quem passou a dominar, foram os homens do Estado-Maior. Avançaram na constituição de Conselhos de Armas que eles dominavam.

OS «NOVE» E A DIREITA FASCISTA

Neste momento, os «Nove» já não servem à direita e com os seus projectos sociais-democratas, com o seu projecto de democracia burguesa prejudicam os planos da direita fascista e fascisante.

A direita precisa de dominar todo o poder. Com o 25 de Novembro ganhou o poder militar (agora o poder militar está nas mãos dos homens do Estado-Maior e os Conselhos de Armas eleitos após o 25 de Novembro com a sua maioria reaccionária aumentam-lhes o controle sobre as Forças Armadas), com as próximas eleições ganhará o poder político.

Dois postos lhe faltam — o Conselho da Revolução (que não domina completamente) e a Presidência da República.

OS FASCISAS PREPARAM O CONTROLE DO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

É por isso que a questão das eleições para o Conselho da Revolução já foi levantada. Com o argumento da «legalização» do poder, argumento que foi sempre o prato forte dos social-democratas contra os revolucionários, a direita fascista e fascisante, vai correr com aqueles que foram os seus aliados.

O C.R. deve ser formado pelo Presidente da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e o vice-C.E.M.G.F.A. (quando exista), os 3 chefes dos 3 ramos das Forças Armadas, o Primeiro-Ministro, quando militar, e mais 3 oficiais do Exército, 3 da Força-Aérea e 3 da Armada, designados pelos respectivos ramos.

Assim, os comandantes das Re-

O FASCISMO AVANÇA PARA O CONTROLE DE TODO O PODER

giões Militares e os ministros militares deixarão de ter assento no C.R. e, portanto, **Vasco Lourenço, Pires Velloso, Franco Charais, Pizarat Correia, Melo Antunes, Vitor Alves e Almeida Costa, para permanecerem no C.R. terão de ser designados pelos seus respectivos ramos.**

Martins Guerreiro declara ao «Diário Popular» de 5-4-76, que: «Não há que falar em eleições para o Conselho da Revolução», que «se o Exército tem direito, além dos lugares vitalícios, a mais 8 oficiais do C.R. porque não hão-de ser também as pessoas que já lá estão?»

Quer dizer que se houver recompo-

sição do C.R., muitos dos homens dos «Nove» não voltarão para o C.R., quer dizer que a direita fascista e fascisante, porque domina a única estrutura existente, terá muitos mais homens no C.R., quer dizer que deram mais um passo na construção dos seus aparelhos, para desferirem o golpe fascista.

E os homens dos «Nove», outrora aliados da direita também não terão assento no C.R. e, mesmo não sendo revolucionários, sendo eles que abriram algumas portas ao fascismo, serão também escoraçoados por este. A pequena burguesia que, com medo do poder dos trabalhadores, se aliou à grande burguesia também será es-

magada no processo de fascização e alguns dos seus mais destacados elementos, ou saltarão para o campo do fascismo ou serão também esmagados. É assim a história.

É por isso que os trabalhadores e revolucionários têm que lutar pela sua unidade, organização e armamento, mais do que nunca. Mais do que nunca têm de se preparar para a batalha decisiva. Têm, ao mesmo tempo, que lutar contra a influência da pequena burguesia medrosa, que cada vez fará mais cedências à burguesia fascista com medo daquilo que afinal estarão a dar cada vez mais oportunidades: o fascismo.

CONTRA AS ACÇÕES DE DESPEJO

Effectuou-se no dia 10, uma manifestação de combate, contra a burguesia especuladora, contra os tribunais capitalistas, contra os senhorios parasitários, que esperaram a primeira oportunidade que lhes coube depois do 25 de Abril/74, para em colaboração com os tribunais e com a cobertura da PSP e GNR, despejarem os ocupantes de casas há muito habitadas por ratas, que esperavam apenas um especulativo aumento de rendas para serem alugadas ao «melhor preço» no mercado da habitação, preço esse que os trabalhadores, pagos miseravelmente nunca poderiam pagar.

As acções de despejo são inúmeras, sendo feitas a horas mortas, quando os trabalhadores trabalham e estão longe do local. As vítimas são cuidadosamente escolhidas, o critério adoptado não é o mesmo para todos os casos, sendo, digamos mesmo, adaptado à tática actual da burguesia: **Flagelar o movimento operário onde este for mais vulnerável.** Perante este quadro, os moradores só vêm como única saída, a resistência activa e actuante contra a ofensiva burguesa, à escala nacional. O proletariado aprendeu muito nestes dois anos, e já sabe — da experiência — que uma manifestação de rua, só por si, não é suficiente para fazer recuar a burguesia reaccionária: Há que organizar, discutir, unir, dar poder e autonomia às organizações de trabalhadores.

Foi nesta perspectiva que, depois do plenário de Setúbal, se organizou esta manifestação, como primeira grande medida a tomar, neste processo. A manifestação, saiu do Parque Eduardo VII à hora marcada, (16.00h) e dirigiu-se a S. Bento, passando pela «Ordem dos advogados» onde deixou uma moção de apoio aos advogados a que lhes foi movido um processo por se colocarem ao lado dos ocupantes, nos tribunais, e, estão mesmo na eminência de serem forçados a deixar de exercer advocacia. Uma vez em

S. Bento, realizou-se um comício, onde foram aprovadas novas formas de organização e uma proposta de transformação do dia 1.º de MAIO numa grande jornada de luta unitária. É esta

a resposta que as massas trabalhadoras terão de dar à burguesia inimiga e aos reformistas conciliadores, para a resolução dos seus verdadeiros problemas, até ao confronto decisivo.





Quando eles estiverem em S. Bento a burguesia tremeu. Esperamos que regressem

CONSTRUÇÃO CIVIL

Os olhos postos no contrato

Após uma ampla e correcta campanha de esclarecimento pela aplicação do CCT aprovado em Novembro de 75 pelo Governo, os 500 000 trabalhadores da construção civil, haviam decidido entrar em greve nacional e por tempo indeterminado, com as consequências que isso lhes acarretasse.

De acordo com camaradas com quem conversámos, «o CCT já está sobejamente negociado e é perfeitamente justo que um servente ganhe 6500\$00, verba desactualizada, pois corresponde ao custo de vida em Novembro de 75. Portanto, não queremos emendas ao CCT, mas a sua integral

aplicação. Era para isso que a greve do dia 22 estava prevista.»

Todavia, verificou-se que «a Comissão Negociadora mais não fez que trair a classe operária, conciliando com o Governo da burguesia» (através de Costa Gomes), servindo, deste modo, os interesses eleitoralistas e revisionistas da direcção do PC que, continuando a apostar em Costa Gomes (até mesmo para possível candidato à Presidência da República), não olhou à satisfação dos interesses dos trabalhadores.

Conforme salientam diversos delegados sindicais e elementos de Comissões de Trabalhadores de empresas da Construção Civil de Beja, «os operários da Construção Civil são das classes mais exploradas e das que vivem em piores condições. Os aumentos concedidos apenas aos trabalhadores abrangidos por alguns escalões, além de serem uma reles esmola, apenas servem para dividir a classe.»

Por isto, e não obstante a traição da Comissão Negociadora — onde o PC tem influência considerável — 33 empresas de Setúbal entraram em greve, outro tanto tendo sucedido em 15 empresas do distrito de Beja.

É evidente que esta greve parcelar não teve a repercussão que teria tido a greve nacional; a verdade é que alastra entre os trabalhadores um desejo profundo de que «o contrato venha cá para fora».

E neste sentido que trabalham os revolucionários (e muitos são) ligados ao importantíssimo ramo da Construção Civil.

Contamos, no próximo número apresentar uma entrevista com camaradas de uma Comissão de Trabalhadores de uma grande empresa de Construção Civil do distrito de Setúbal.

COOPERATIVA FERNÃO FERRO

VITÓRIA POPULAR

Segundo a população de Fernão Ferro, a padaria que no local foi construída, há 7 anos, foi unicamente com o fim de impedir que uma outra fosse construída por um indivíduo da região.

A padaria foi então, antes do 25 de Abril, englobada naquilo que ficou a chamar-se «Central Panificadora do Seixal» — reunião de várias padarias do Concelho do Seixal — e que tinha por objectivo servir todo o Concelho; serviço que, todavia, nunca foi eficaz pelo facto da unidade de produção construída em Fernão Ferro nunca ter funcionado. Assim, o pão em Fernão Ferro, que fica no extremo do Concelho, como tinha de vir de outra padaria, todo esse tempo, em cabazes à porta das mercearias, onde, como diz um habitante de Fernão Ferro «onde até cães e gatos mijavam».

Em 26/3/75, a população da zona reagiu e ocupou as instalações, que estavam sem funcionar há 7 anos. De salientar o facto de a Comissão de Moradores não ter aderido à ocupação feita.

A cooperativa de panificação começou a funcionar e a população começou a ser servida capazmente. A atenção à qualidade do pão lá fabricado havia, inclusivamente, pessoas de Setúbal e até de Lisboa, que ali se serviam.

Em Março, por ordem do Tribunal do Seixal, os trabalhadores da Cooperativa sofreram uma deslocação de despejo que foi efectuada com a colaboração da GNR de Pano Pires e da Cova da Piedade.

Mais uma vez, perante este acto «revolucionário» do poder estabelecido, a Comissão de Moradores que, segundo um elemento da população, tem um P.S. à frente, não tomou nenhuma posição sobre a desocupação.

2 oficiais de diligências e trabalhadores de Central Panificadora do Seixal entraram nas instalações, a uma hora em que sabiam não se encontrar ninguém (15h e 30), partindo um viúvo de uma jarica, sempre acompanhado dos leites da GNR, mudando em seguida todos as fechaduras.

Então, os antigos proprietários entraram também nas instalações, retiraram peças do forno, e altera o pão fabricado pelos operários da Cooperativa, tiraram o braço da amassadeira — utensílio comprado pelo povo da Vila — espalhando também à volta do forno 2 sacas de farinha pertencentes à Cooperativa.

De referir que a Cooperativa se encontrava completamente legalizada.

Luta dos Trabalhadores

Muitas têm sido as lutas dos trabalhadores por todo o País, a que por falta de espaço o «Revolução» não tem podido dar o devido relevo e importância. Por isso, passaremos a fazer semanalmente um resumo das lutas que os trabalhadores vão desencadeando, pelo direito ao trabalho, contra o aumento do custo de vida, contra a exploração, sem que isto impeça a análise mais detalhada de algumas outras lutas.

GUÉRIN — Depois da greve pelo cumprimento do CCT, mais recentemente a administração suspendeu a Comissão de Trabalhadores, recusando-se a pagar-lhe os ordenados desde Fevereiro. Simultaneamente, a administração não compareceu no Ministério do Trabalho para negociar com os trabalhadores.

DORSIL — Em greve pela 2.ª vez. Os trabalhadores reivindicam o pagamento de retroactivos desde Abril de 1975 e 13.ª mês também referente ao mesmo ano.

ECA — Concentrados de Tomate — Fábrica ocupada pelos trabalhadores, e integrada na União Cooperativa «Seara Vermelha», corre neste momento o risco do regresso dos patrões, atendendo ao ambiente ultimamente criado pelos caciques locais.

FRITZ MEYER — Greve com ocupação das instalações, há quase um mês. Os trabalhadores reivindicam o pagamento de salários em atraso de Janeiro e Fevereiro e um gesto público para a empresa; Exigem ainda a suspensão imediata e oficial da entidade patronal.

CONLUS — Fábrica de relógios com 370 operários. O patrão tentou fechar a fábrica, e tirar de lá o material existente, ao que os trabalhadores se opuseram, com ocupação, pelo direito ao trabalho.

NOVIL — Depois de sabotagem económica, não pagamento de salários, etc., por parte da entidade patronal, os trabalhadores em 1975 ocuparam as instalações, e lutam agora contra a tentativa de retorno do patrão. Foi levada a cabo uma manifestação de vários trabalhadores de outros laboratórios, de apoio à luta. Os trabalhadores saíram vitoriosos numa primeira fase, já que o tribunal judicial acabou por reconhecer a falência por parte da entidade patronal, o que permite a devida legalização da ocupação, e impede o regresso do patrão.

TÊXTEIS JACINTO — Cerca de 1000 trabalhadores manifestaram-se no Porto, contra a tentativa de despedimento colectivo. Foi exigida a imediata intervenção estatal na empresa, depois de ter sido comprovado o desvio de fundos por parte da administração.

MINEIROS — Grande adesão à greve convocada pelo sindicato por aumento de salários, segundo o CCT em discussão. Os trabalhadores ameaçam agora vir a Lisboa, em manifestação, exigir os seus direitos.

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL — Maquilhães Motas suspende 100 trabalhadores por «terem participado num plenário durante as horas de serviço». Posteriormente esses trabalhadores foram readmitidos no local de trabalho, sendo no entanto sujeitos a inquéritos que podem determinar nova suspensão.

MADEIREIROS — Os trabalhadores do ramo de madeiras dão um ultimato ao Governo, exigindo uma «política de classes, que acabe com os intermediários e monopólios». Se, até ao fim do mês não forem dadas garantias aos trabalhadores, estes ameaçam fazer barragens à porta das fábricas não deixando entrar madeira nem sair pasta de papel.

VIDREIROS — Greve a nível nacional vitífera. A tabela salarial vai começar a ser negociada. Grande adesão à greve.

nos bairros

PLENÁRIO DAS RENDAS DE CASA

NINGUÉM SAI DAS CASAS OCUPADAS

A luta dos 500\$00 por assoalhada foi iniciada em Setúbal Tendo um grande impacto a nível nacional, alargou-se a muitas zonas do País

O processo adoptado para lutar contra as rendas especulativas pode ser discutível, pois o processo das rendas pagas segundo a percentagem sobre o ordenado seria mais correcto

No entanto, os moradores chegaram à conclusão de que era tecnicamente impossível controlar o pagamento das rendas segundo este método e optaram pelos 500\$00 por assoalhada

Esta luta em si poderá ser reformista mas, se é perspectivada politicamente, torna-se revolucionária, na medida em que origina o reforço da organização dos trabalhadores com vista à tomada e exercício do poder pelos mesmos.

Logo no início da luta, o PCP exerceu a sua acção boicotadora, chamando de reacçãoários os elementos que estavam à frente da luta. Esta atitude levou alguns camaradas que se encontravam na vanguarda a saírem do PCP.

Depois do 25 de Novembro, vieram as ameaças e acções de despejo e alguns moradores deixaram de pagar a renda à Caixa, para passar a pagar ao senhorio, com medo de serem postos na rua.

Por outro lado, a organização dos moradores era débil e não tinha capacidade para responder com a mobilização dos moradores às acções de despejo, o que originou uma certa demissão da luta que se verificou pós 25 de Novembro.

O PLENÁRIO

Por estas razões, efectuou-se em Setúbal, o Plenário Nacional das Rendas de Casa, que tinha como objectivos principais o estudo das formas de organização dos moradores face às acções de despejo e a organização de uma jornada de luta para protestar contra o aumento do custo de vida, as acções de despejo e as rendas especulativas.

O plenário efectuou-se no Ginásio do Liceu de Setúbal, estando representadas cerca de trinta comissões de moradores e ainda: a Intercomissões de Moradores de Setúbal, Secretaria do dos Moradores da Zona Ocidental de Lisboa, Comité de Luta de Ocupantes e Moradores Pobres, a Intercomissões de Bairros da Lata de Lisboa e Arredores, Associação dos Inquilinos de Lisboa, Conselho Revolucionário dos Moradores do Porto e mais algumas organizações de moradores. De notar a presença de camaradas

do CLACC — Comité de Luta de Apoio à Construção Civil.

Além destas representações, ainda havia no ginásio cerca de mil assistentes.

Como ponto prévio, foram saudados os camaradas da construção civil e os enfermeiros em luta pelos seus direitos. Foram depois contados vários casos em que os moradores alcançaram vitórias sobre as forças repressivas e os despejos eminentes e concluiu-se que a organização teria de ser mais forte pois os despejos vão continuar e com maior intensidade.

A LEI DO INQUILINATO

Entretanto, foi feita uma proposta de reivindicações imediatas a apresentar ao ministro da Habitação e ao ministro da Justiça exigindo que a Lei do Inquilinato, cozinhada nas costas dos trabalhadores e moradores não pudesse ser publicada sem ser previamente discutida nos bairros e nas fábricas. Exigia, também, esta proposta a imediata suspensão das acções de despejo e a legalização imediata das casas ocupadas. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

A nível de organização, foi feita uma proposta muito importante que recomendava a criação, a nível de zonas, de grupos de trabalho sobre a habitação, com comissões de moradores, comissões de trabalhadoras e operários da construção civil. Estes grupos de trabalho iriam dar origem a um comité nacional. Esta proposta foi entendida como recomendação.

Salientando também que as comissões de moradores têm que mobilizar as populações contra as acções de despejo, através da propaganda e agitação, desde cartazes ao megafone.

Mais à frente, foi redigido um protesto a apresentar ao bastonário da Ordem dos Advogados, a exigir que se protejam os advogados progressis-

tas que têm defendido os direitos dos moradores.

A JORNADA DE LUTA

Foi proposta pelo executivo uma manifestação, concentração ou qualquer outra forma de luta para o dia 27 de Março. Como esta jornada tinha que ter a aprovação do CLOMP, não ficou definido qual a forma de luta a adoptar, dando a assembleia todo o aval ao executivo para tomar decisões na reunião com o CLOMP. A finalizar ouviu-se a intervenção de um camarada do CLACC e a leitura de várias moções.

O camarada do CLACC, na sua intervenção, denunciou certas manobras dentro da construção civil para desmobilizar a greve, salientando que a luta dos moradores pelo direito à habitação é a mesma luta dos operários da construção civil.

MOÇÕES OTELO PARA PRESIDENTE

Foram finalmente lidas algumas moções de apoio ao plenário, enviadas por comissões de moradores que não puderam estar presentes, uma moção a apoiar a resistência à violência contra a Reforma Agrária e outra ainda a propor um pedido a Otel Saraiva de Carvalho que se candidate a presidente da República. Esta moção foi aprovada por aclamação.

A LUTA CONTINUA

Todas as pessoas que assistiram ao plenário, ficaram convictas de que a luta pelos 500\$00 por assoalhada ainda não terminou, pelo contrário, terá de continuar cerrando fileiras contra a repressão e contra o aparelho de Estado que assegura a dominação burguesa sobre a classe operária e seus aliados.

NINGUÉM SAI DAS CASAS! SUSPENSÃO IMEDIATA DOS DESPEJOS! ABAIXO AS RENDAS ESPECULATIVAS! PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA PELA DITADURA DO PROLETARIADO

Luta dos Trabalhadores

METALÚRGICOS — Continua a negociação do CCT: Simultaneamente estão também a ser desenvolvidos plenários a nível nacional para discussão de formas de luta a adoptar, caso as negociações sejam novamente boicotadas pela entidade patronal.

DISTRIBUIDORES DA SCC — Entraram em greve grande parte das 17 empresas distribuidoras da SCC. Os trabalhadores exigem a nacionalização das empresas, tal como foi feito com a SCC.

ESTIVADORES DO PORTO EM LISBOA — Greve vitoriosa, tendo os trabalhadores conseguido as suas exigências quanto a salários e pagamento de encargos.

GENERAL MOTORS — Depois de uma greve total, os trabalhadores aguardam que seja publicada a portaria porque têm lutado. Caso a entidade patronal não a aplique, os trabalhadores estão decididos a voltar novamente à greve.

PADARIA DESOCUPADA — No final do passado mês de Março, por ordem do tribunal do Seixal, foi desocupada a padaria de Fernão Ferro, que a Comissão de Moradores e o Povo há um ano tinham tomado e constituído em Cooperativa.

As instalações pertenciam anteriormente à Panificadora Central do Seixal e, sete anos após a sua construção, nunca tinha funcionado, sendo a distribuição do pão, feita em péssimas condições de higiene e fora de horas (o pão vinha de longe e ficava na rua horas e horas, em sacos expostos ao tempo).

P. Ganiguer — 109 trabalhadores em risco de desemprego. Parte das instalações da fábrica ardemam. O Tribunal da Justiça decidiu que a fábrica deixasse de existir e o senhorio a coberto desta decisão superior tenta pôr os trabalhadores na rua.

Têxtil Coronado — Pelo cumprimento do CCT já acordado. Houve recentemente a suspensão de uma delegada sindical e de mais 37 trabalhadores que com ela se solidarizaram.

Transportes Colectivos de Aveiro, Barreiro, Coimbra e Nazaré — Em greve. Lutam pela equiparação dos seus vencimentos aos dos seus camaradas de Lisboa e do Porto. A diferença de ordenados chega a atingir os 15000\$00.

Transportes E-tafânia — Em greve desde o princípio do mês, greve essa, acompanhada da ocupação das instalações. Os trabalhadores (motoristas de táxi) exigem o cumprimento da portaria dos rodoviários, e consequente pagamento de retroactivos.

Tomé Feteira — Greve com ocupação das instalações. Fábrica de limas. Os trabalhadores exigem o cumprimento da portaria dos metalúrgicos. A Secretaria do Estado do Trabalho qualificou a greve de «anti-económica». Manifestação ao MT nada resolveu. Quem recebeu os trabalhadores nem sabia de que problema se tratava.

Petrogal — Greve às horas extraordinárias. Pela aprovação de um estatuto para a empresa que unifique a gestão das empresas enquadradas pela Petrogal (Sacor, Sonap, Cidla e Petrosul) (luta vitoriosa).

Serviços Municipalizados da Figueira da Foz — Corte de electricidade a todo o concelho. Os trabalhadores reivindicam equiparação de salários e regalias aos outros trabalhadores dos serviços municipalizados.

Tribunais de trabalho — Greve dos escriturários dactilógrafos e ajudantes de escritório. É exigida a equiparação daqueles trabalhadores aos trabalhadores funcionários judiciais.

Ajudantes de Farmácia — Em greve intermitente e progressiva até que a entidade patronal acceda a começar as negociações para o CCT. O segundo dia de greve será no dia 18, com carácter de greve total, e será a nível nacional.

Taxis do Porto — Paralisação para dia 15 com impedimento de trânsito na cidade do Porto, caso o Governo não tome medidas imediatas e impeditivas quanto aos retornados que prometem meter as suas viaturas em praça no mesmo dia 15. Pelo direito ao trabalho.

textos

O ATRASO DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

O texto que aqui publicamos é parte integrante de um livro que o PRP deverá editar e no qual, além de se fazer uma retrospectiva ao processo que temos vivido desde o 25 de Abril, se apontam as tarefas imediatas dos revolucionários (contra-Infirmação, luta antifascista, construção do poder popular, unidade e preparação da violência revolucionária).

Após a análise do balanço dos diversos Governos Provisórios, a sobrevida brochura aborda sucessivamente capítulos relacionados com o desenvolvimento da organização dos trabalhadores e dos revolucionários, os motivos porque venceu a direita em 25 de Novembro, a actual situação política, económica e militar, bem como importantes questões de Programa (questão agrária, relações com o estrangeiro, relação de forças entre as classes sociais, a reconversão económica), sem as quais não teria sentido adiantar as tarefas imediatas que se colocam aos revolucionários.

Não obstante as linhas que se seguem se referirem à situação política anterior ao 25 de Novembro, nem por isso elas perdem o que quer que seja da sua importância, pois que só reconhecendo os erros, deficiências e limitações, podem os revolucionários avançar no processo.

Contamos, em próximos números, publicar mais alguns extractos do referido livro.

O facto das organizações revolucionárias se colocarem numa posição bastante diferente da reformista não quer dizer que não tivessem estado bastante atrasadas. Dai o emperramento da F.U.R. e daí que, na prática, não tenha havido uma alternativa revolucionária capaz de tomar a iniciativa de forma definitiva antes do 25 de Novembro. Idêntico atraso, em relação às circunstâncias e às necessidades, a ingiu os militares revolucionários que, só muito tardiamente se assumiram como tendência com expressão própria.

A Fur nasceu a 25 de Agosto, numa altura em que era necessário unir o máximo de organizações e de esforços para que fosse possível a tomada do poder (estava-se em plena crise do V Governo) e para que se não desse uma viragem à direita. Por outro lado, permitiu a unidade entre os militares revolucionários (ou do Copcon) e os militares ditos «gonçalvistas», o que no momento era imprescindível, para que não fossem dispersados esforços em lutas secundárias.

Ma, acontecida a traição do P.C.P. 3 dias depois e consumada a viragem à direita, a F.U.R. passou a ser ineficaz, e demonstrou-o durante as crises. Isto foi determinado pela grande heterogeneidade de posições existentes lá dentro e pela evolução rápida para posições direitistas de algumas organizações que a integravam. Na prática era difícil chegar a um acordo tático com organizações como o M.D.P. que se aproximava muito do P.C.P., como a L.C.I. que considerava um aliado possível no P.S., ou como a L.U.A.R. que se desfazia. Esta heterogeneidade de posições fez emperrar a F.U.R., que não avançou uma alternativa tática em relação ao momento e não propôs formas de organização eficazes.

Por outro lado, as organizações re-

volucionárias presentes na F.U.R. não souberam substituir-se a esta Frente que não existia, encontrando rapidamente uma direcção política. Tinha competido a esta direcção política encontrar uma tática correcta para o momento, conseguir ter a iniciativa, encontrar um programa e para isso concretizar formas de organizações dos trabalhadores e dos militares que tornassem possível a tomada do poder antes do golpe da direita. A verdade é que as organizações revolucionárias se atrasaram muito nestas tarefas. Podemos dizer que a situação objectiva era excepcional para a tomada do poder; que as grandes massas trabalhadoras da zona industrial estavam prontas para a insurreição (depois do falhanço final da manifestação do Palácio Foz a 29 de Setembro, era voz corrente nas fábricas de Lisboa a var corrente nas fábricas de Lisboa a Margem Sul, os trabalhadores disserem que já se vinha para a rua para a tomada do poder); que os trabalhadores tinham atingido formas de organização superiores com as suas comissões eleitas e que estavam dispostos a instituir outras formas mais avançadas, os conselhos revolucionários; que o problema das armas e do armamento era posto de uma forma generalizada; que o poder estava em crise e que era extremamente fraco, com um débil aparelho de Estado.

Podemos dizer que existiam todas as condições para a insurreição mas que não existiu uma direcção política revolucionária capaz de tomar a iniciativa e liderar o processo. Não existiu direcção política, como não existiu comando militar unificado. Foi por isso também que o 25 de Novembro foi possível.

Idêntico atraso tiveram os militares revolucionários, que muito dificilmente se assumiram como grupo com posições próprias, identificado e com tática comum. Embora organizados,

mas de forma muito ténue, à volta de documentos como o «Projecto de Aliança Povo-M.F.A.» e o «Documento do Copcon», só a 21 de Novembro, às portas do golpe de direita, apareceram publicamente com os seus nomes definindo uma posição no «Manifesto dos dezoito oficiais» lido na manifestação em Belém e publicado posteriormente.

O P.R.P. — AUTOCRÍTICA

Cabe ao P.R.P. uma boa parte da responsabilidade por não ser desencadeado e triunfado a insurreição armada. Podemos dizer que o P.R.P. não estava sozinho na direcção do movimento revolucionário, nem podia estar. O P.R.P. nunca se tomou pelo único e verdadeiro partido da classe operária e sempre teve como certo que tinha que estar acompanhado na direcção política do processo insurreccional. Essa necessidade de estar presente numa direcção política unitária fez com que comungasse do atraso doutras organizações e dos próprios militares revolucionários. Mas a verdade é que ele próprio, como partido, esteve atrasado em relação à realidade objectiva. Atrasado em dois aspectos: no aspecto da iniciativa tática e no aspecto de organização. Em relação à tática podemos dizer que o P.R.P. se atrasou na proposta de insurreição armada. Embora esta proposta estivesse formulada praticamente desde o nascimento da organização, ela só apareceu com expressão pública marcada a partir do dia 10 de Novembro. A quinze dias do golpe da direita! Sendo o P.R.P. a organização que sempre pôs o problema da violência, do armamento da classe e da tomada do poder pela força é, no entanto, só nesta data que usa os grandes meios de comunicação (conferência de Imprensa) para propor a insurreição armada. Embora até ao final do V Governo, o PRP tenha proposto a ruptura dentro do poder político-militar (o que nessa altura considerava preferível era a confrontação de rua), desde o início do VI Governo e da tomada de posições por parte da direita que chegou à conclusão que a insurreição armada era a única tática possível e era a única adoptada dentro do Partido. No entanto, só 2 meses depois é que se faz chegar essa palavra de ordem às grandes massas, explicando-a como necessária. Perderam-se 2 meses sem que o PRP, como vanguarda política, indicasse aos trabalhadores em geral o caminho a seguir.

Até final do V Governo, a esquerda era de tal modo maioritária dentro do poder político e também dentro do poder militar, que tinha sido possível uma ruptura dentro do poder, enxotando a direita e constituindo um governo revolucionário com um programa revolucionário. Era essa a nossa proposta mas que não foi possível devido às debilidades dos militares de esquerda que estavam no poder político-militar. Mas uma vez terminado o V Governo e iniciado um período em que a direita ganhava cada vez mais posições, a única saída possível passou a ser a insurreição armada, tanto mais possível quanto o aparelho de suporte político-militar da direita era extremamente débil. E o PRP tardou a fazer essa proposta às grandes massas, limiando-se a fazê-la aos seus aderentes e aos leitores do seu jornal. Pode-se dizer que este atraso na tática esteve intimamente relacionado com debilidades organizativas. Ao P.R.P. faltou-lhe alargamento e solidez de organização, funcionamento do aparelho partidário, capazes de aguentar as propostas táticas que entretanto eram feitas; à capacidade de análise e à capacidade de soluções táticas demonstradas pelo Partido não correspondeu capacidade organizadora equivalente. Ora, não há análise nem tática que valham por si próprias se não se tornarem instrumentos nas mãos de militantes que por sua vez os transmitam à classe. E o PRP foi deficiente no emprego desse instrumento, que possuía, e nessa transmissão que devia fazer. Os seus militantes comportaram-se muitas vezes como uma elite que possuía «análise política» e «informação» mais ou menos confidencial, alimentando-se com isso e não alargando o partido, não recrutando, não organizando.

As células afastaram-se muitas vezes dos problemas concretos das empresas, não estudando o caso de cada fábrica ou de cada cooperativa agrícola, no sentido de, como partido, avançarem uma proposta para aquela realidade concreta.

A grande presença do PRP nos órgãos de Poder Popular (CT e CM) não foi marcada por um comportamento coeso como partido, que neste caso deveria corresponder à defesa forte e concentrada da autonomia da organização dos trabalhadores, que muitos outros punham constantemente em causa. Se os partidos reformistas faziam tudo para controlar a organização autónoma dos trabalhadores,

e as eleições

Mais uma vez a burguesia monta uma enorme farsa, destinada a servir de cobertura ao seu domínio sobre a classe operária e as massas trabalhadoras, destinada a justificar a exploração e repressão desenfreadas que pretende levar a cabo. Essa farsa monstruosa terá como nome «eleições legislativas». E conta já com decidido apoio de numerosas forças internas e de poderosos interesses internacionais. O imperialismo e os seus lacaios têm razão para jogar tão a fundo aqui. É a Revolução Socialista em Portugal e na Europa que estão em jogo. É o espectro da ditadura do proletariado que atemoriza, não apenas os partidos burgueses, mas também os reformistas de vários matizes.

Estas «eleições» em nada vão contribuir para que milhões de trabalhadores se libertem das cadeias seculares que os oprimem, não serão um passo positivo no sentido da emancipação do proletariado. Pelo contrário, milhões de explorados irão apenas votar quais os elementos da burguesia que por eles vão decidir da vida do povo trabalhador e, também, continuarão a alimentar perigosas ilusões sobre a saída revolucionária para a actual crise económica, política e social.

Forças de esquerda que a estas eleições concorrem, porque têm como objectivo conseguir muitos votos e eleger alguns candidatos, não querendo, portanto, ser ilegalizados, irão fazer uma campanha eleitoral recuada, ne-

cessariamente «bem comportada». Vão semear perigosas ilusões, vão desviar muitos trabalhadores do seu terreno fundamental de luta (fábricas, campos, quartéis) e, assim, favorecer objectivamente o inimigo de classe.

QUAL A CAMPANHA ELEITORAL REVOLUCIONÁRIA POSSÍVEL?

Se nos encontrássemos num país de democracia burguesa estabilizada, poderia ser justo que as forças de esquerda aproveitassem a campanha eleitoral de dentro, indo até ao próprio parlamento burguês, como uma das formas possíveis para agudizar a crise do sistema capitalista. Mas em Portugal estamos longe dessa estabilização. O 25 de Novembro não relegou para um futuro longínquo o inevitável confronto violento e decisivo, para o qual o proletariado tem de estar apetrechado o melhor possível. Mas, mesmo nas condições concretas que vivemos hoje em Portugal, poderia ser justo que um amplo movimento unitário antifascista, anti-capitalista e anti-imperialista, aproveitasse de determinado modo o período eleitoral. Um movimento que não procurasse eleger can-

didatos, que não dividisse os trabalhadores por clubes partidários, mas que contribuisse de uma forma profunda para uma clara demarcação entre o terreno da burguesia e o do proletariado. Um movimento que levasse a cabo uma campanha pedagógica, extremamente vigorosa, conduzida por aqueles que, nas fábricas, nos campos e nos quartéis, compreenderam os mecanismos da exploração e opressão do sistema capitalista e assumiram a firme determinação de destruí-lo. Uma campanha sem tréguas contra o inimigo de classe. Uma campanha que esse inimigo jamais seria capaz de suportar. Foi esta a proposta que o PRP fez aos camaradas do MES, da FSP e da UDP. Foi esta a proposta que esses camaradas não foram capazes de aceitar.

OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS «ELEIÇÕES LEGISLATIVAS»

O CDS e o PPD, pelo passado cumprido com o fascismo e o colonialismo por parte dos seus dirigentes e de muitos que integram as suas fileiras, pelos interesses capitalistas nacionais e internacionais a que estão ligados e que desesperadamente defendem, são dois partidos da burguesia mais reacçãoária, fiéis agentes do imperialismo em Portugal. Embora isto seja claro para amplos sectores da classe operária e das massas trabalhadoras, mantêm-se, contudo, enganados centenas de milhar ou mesmo milhões de explorados, devido a séculos de penetração e domínio de ideologia burguesa, a décadas do terrorismo fascista (com a implantação da mentira, do crime e da corrupção), aos grandes meios de comunicação (rádio, televisão, jornais) que diária e sistematicamente destilaram e continuam a destilar (agora de forma «democrática e pluralista») o pior veneno sobre o povo trabalhador e explorado. E muito

deste povo irá votar no CDS ou no PPD, sem compreender que está a apoiar um inimigo mortal. Quanto ao PS, o socialismo que defendem os seus dirigentes está à vista: vomitam ódio e desprezo por aqueles sectores do proletariado português que estiveram à frente das lutas de classe nos últimos anos. Preocupam-se mais com alguns raros e possíveis erros cometidos pela classe operária, os assalariados rurais, os camponeses pobres e as forças progressistas, do que com a exploração e repressão de que estas foram vítimas ao longo de muitos anos. Para os dirigentes do PS valem mais «as pessoas de categoria», as «figuras insignes» — os Brandt, os Olof Palme, os Wilson, do que todos os trabalhadores explorados e oprimidos juntos. Estes «socialistas» e sociais democratas, parceiros do Mário Soares, têm mostrado bem por essa Europa fora o que valem — inimigos declarados do pro-

CONTRA O ELEITORALISMO

O Papel das "eleições legislativas"

letariado e fiéis gestores do capital, dóceis lacaios do imperialismo. Que o digam os operários conscientes dos seus países e os trabalhadores revolucionários emigrados!

A demagogia pacifista e eleitoralista deste partido está bem à vista com a recente descoberta de grande quantidade de armas na posse de militantes responsáveis seus. Os grandes meios de informação, sempre tão «democratas» e «pluralistas» sempre tão preocupados em denunciar as armas nas mãos dos civis, mostraram as fotografias das armas apreendidas mas «por motivos óbvios», nada disseram sobre quem eram os possuidores dessas armas. Nem os jornalistas «socialistas», Raúl Rego e Vera Lagoa, conhecidos chefes de fila da provocação e do reacçãoarismo, abriram a boca. Estes «democratas» e «socialistas» são todos assim, quando estão no poder.

No que respeita ao PC, temos de dizer que este partido foi durante muitos anos a esperança dos mais combatidos e revolucionários elementos da classe operária. Nas suas bases ou a ele ligados por sentimentalismo,

continuam alguns dos melhores militantes da classe operária e sinceros defensores do comunismo.

Mas hoje o PC não é mais um partido comunista. É um partido degenerado subordinado a interesses alheios aos do proletariado, um partido que acumula numerosas traições à classe operária e às massas trabalhadoras. É um partido que opta pelo legalismo/eletoralismo, embora a tática do golpe também não lhe desagrade. São duas táticas de uma mesma estratégia reformista e do domínio sobre a classe. A direcção do PC tem medo da Insurreição e da Revolução Socialista, porque estas representariam o seu fim como direcção e a liquidação do seu objectivo de domínio sobre o proletariado. O PC retirou a ditadura do proletariado do seu programa, mas quando detem poder nalgum local mostra como aceitará de bom grado a ditadura do seu partido e como esta seria contrária aos interesses dos trabalhadores.

O PC joga nas eleições dizendo que é preciso uma «maioria de esquerda» na Legislativa, como se isso fosse resolver alguns dos grandes proble-

mas concretos dos trabalhadores, como se a direita alguma vez respeitasse eleições quando os seus resultados não lhe convêm. O Chile é um exemplo do crime que representa lançar ilusões eleitoralistas no seio das massas trabalhadoras.

Por outro lado, e ainda a propósito desta campanha eleitoral, é indispensável referir aqui a posição de algumas organizações com as quais temos tido mais prática comum ao longo dos últimos tempos.

Para nós é evidente (foi-o desde o princípio) que a campanha eleitoral que os camaradas do MES, da FSP e da UDP vão levar a cabo será, em menor ou maior grau, uma campanha eleitoralista, independentemente das suas declarações públicas ou das suas boas intenções. Eles, também, sem disporem de grandes meios e de um forte aparelho partidário, procuram retirar votos à direita, obter muitos votos e eleger alguns deputados! E, talvez, com alguns «deputados do povo», mais o PC e o PS, se obtenha a tal «maioria de esquerda» na Assembleia Legislativa!

Sobre a unidade que se poderia

ter construído na esquerda, a propósito da campanha eleitoral, é preciso clarificar algumas questões para que o PRP não apareça como o sectário, o radical, o desfazedor de unidades e os camaradas do MES não se prejudiquem do monopólio dos esforços unitários. É preciso recordar ao MES que até a iniciativa de reunir as várias organizações (PRP, MES e FSP) foi tomada por nós. Que essa iniciativa foi alargada à UDP e que os objectivos de cada uma das organizações se vieram a precisar ao longo de algumas reuniões, nas primeiras das quais esteve presente o PRP. Mas o que foi ficando cada vez mais claro ao longo das reuniões foi o seguinte: MES, FSP e UDP queriam ir às urnas eleger candidatos; para tal, estariam dispostos a fazer uma campanha recuada. Isto não se coadunava com o único tipo de campanha que nós considerávamos justo neste momento: criação de uma Frente, com um programa, que além destas quatro organizações, tivesse uma grande representatividade de elementos dos órgãos do Poder Popular e de progressistas saneados das Forças Armadas e da Informação.

ELEIÇÕES?



Frente que contribuisse para a unificação da classe e não para a sua divisão, que fosse capaz de conduzir uma campanha anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista, campanha pedagógica e extremamente vigorosa, que o actual poder burguês não comportasse.

Ora, estamos perante dois tipos totalmente demarcados e com objectivos diferentes. Essa demarcação radica em táticas diferentes e que, com certeza, tem como pressuposto uma análise da situação também diferente.

Pensamos que o que está aqui em causa e a possibilidade ou não da estabilização da democracia burguesa em Portugal, é se o problema do poder está ou não na ordem do dia, é qual o papel que a violência desempenha no processo revolucionário. Concerteza que nestas questões se fundem divergências. Daí a impossibilidade de nos termos entendido para uma actuação concertada no terreno eleitoral. Mas pensamos que a situação política se vai clarificar e que as divergências se irão superar.

ABSTENÇÃO OU VOTO NULO NAS «ELEIÇÕES LEGISLATIVAS»

Para um CDS, um PPD e um PS, apesar das diferentes fracções de classe cujos interesses representam, as «eleições legislativas» serão uma campanha antecipadamente ganha por este conjunto. Quer dizer, esta batalha travada num dos terrenos privilegiados de luta da burguesia será ganha pela burguesia. Se a campanha eleitoral da burguesia se faz durante todo o ano, através dos mais variados meios de comunicação, estão, contudo, já em marcha neste momento grandes manobras eleitorais, como seja a da cimeira «socialista» no Porto. Também para o reformismo do PC o terreno eleitoral aparece cada vez mais como um dos seus principais e possíveis terrenos de actuação. Os Bernstein, os Berlinguer e os Marchais fazem e farão cada vez mais carreira entre os teóricos e dirigentes do PCP. E quanto mais forem perdendo o pé à situação maior será o grau de traição a que os dirigentes do PCP estarão dispostos.

Quase todas as organizações políticas embarcaram no jogo eleitoral e a sementeira de ilusões poderá vir a ser extremamente perigosa. Há que construir uma poderosa barreira revolucionária à penetração das ilusões lançadas no seio das classes trabalhadoras. Mas já das fábricas, dos campos e dos quartéis surge a voz daqueles que viram no que se traduzem as promessas dos partidos eleitoralistas, daqueles que lutaram e compreenderam que não foi através de eleições burguesas que obtiveram as suas pequenas e grandes conquistas, dos desempregados, dos reformados, dos pe-

quenos camponeses, cujos interesses continuam por resolver. E a **abstenção ou voto nulo** nas «eleições legislativas» começa a ser a palavra de ordem destes explorados e oprimidos. E para eles a **abstenção ou voto nulo** significam o repúdio por um poder que não resolve os problemas fundamentais da esmagadora maioria das classes trabalhadoras, significa que as eleições burguesas não irão resolver nenhuns destes problemas e significam que a sua resolução passa pela organização e armamento dos trabalhadores para a insurreição e para a Revolução Socialista. **Abstenção ou voto nulo** serão, portanto, o **voto útil** daqueles para quem o caminho não é o das eleições burguesas e que estão dispostos a tomar as necessárias medidas para uma saída revolucionária para a situação actual. Não há nenhuma contradição entre o que pensam estes camaradas e a posição que iremos assumir perante as eleições presidenciais. Dissemos estar dispostos a apoiar uma ampla Frente que tivesse um programa de acordo com as linhas gerais do documento do Copcon. Não há, portanto, aqui ideias feitas ou transposições mecânicas. O que há é que saber em cada momento analisar a situação concreta e determinar a tática que melhor servem a estratégia revolucionária. Esta Frente para as eleições presidenciais pode, pelo seu programa e pela mobilização popular que gerará à sua volta, dar um contributo fundamental para a criação das condições necessárias à saída revolucionária que o PRP sempre tem proposto.



PREOCUPAÇÕES DE UM ELEITOR

e as eleições

Mais uma vez a burguesia monta uma enorme farsa, destinada a servir de cobertura ao seu domínio sobre a classe operária e as massas trabalhadoras, destinada a justificar a exploração e repressão desenfreadas que pretende levar a cabo. Essa farsa monstruosa terá como nome «eleições legislativas». E conta já com decidido apoio de numerosas forças internas e de poderosos interesses internacionais. O imperialismo e os seus lacaios têm razão para jogar tão a fundo aqui. É a Revolução Socialista em Portugal e na Europa que estão em jogo. É o espectro da ditadura do proletariado que atemoriza, não apenas os partidos burgueses, mas também os reformistas de vários matizes.

Estas «eleições» em nada vão contribuir para que milhões de trabalhadores se libertem das cadeias seculares que os oprimem, não serão um passo positivo no sentido da emancipação do proletariado. Pelo contrário, milhões de explorados irão apenas votar quais os elementos da burguesia que por eles vão decidir da vida do povo trabalhador e, também, continuarão a alimentar perigosas ilusões sobre a saída revolucionária para a actual crise económica, política e social.

Forças de esquerda que a estas eleições concorrem, porque têm como objectivo conseguir muitos votos e eleger alguns candidatos, não querendo, portanto, ser ilegalizados, irão fazer uma campanha eleitoral recuada, ne-

cessariamente «bem comportada». Vão semear perigosas ilusões, vão desviar muitos trabalhadores do seu terreno fundamental de luta (fábricas, campos, quartéis) e, assim, favorecer objectivamente o inimigo de classe.

QUAL A CAMPANHA ELEITORAL REVOLUCIONÁRIA POSSÍVEL?

Se nos encontrássemos num país de democracia burguesa estabilizada, poderia ser justo que as forças de esquerda aproveitassem a campanha eleitoral de dentro, indo até ao próprio parlamento burugês, como uma das formas possíveis para agudizar a crise do sistema capitalista. Mas em Portugal estamos longe dessa estabilização. O 25 de Novembro não relegou para um futuro longínquo o inevitável confronto violento e decisivo, para o qual o proletariado tem de estar apetrechado o melhor possível. Mas, mesmo nas condições concretas que vivemos hoje em Portugal, poderia ser justo que um amplo movimento unitário antifascista, anti-capitalista e anti-imperialista, aproveitasse de determinado modo o período eleitoral. Um movimento que não procurasse eleger can-

didatos, que não dividisse os trabalhadores por clubes partidários, mas que contribuisse de uma forma profunda para uma clara demarcação entre o terreno da burguesia e o do proletariado. Um movimento que levasse a cabo uma campanha pedagógica, extremamente vigorosa, conduzida por aqueles que, nas fábricas, nos campos e nos quartéis, compreenderam os mecanismos da exploração e opressão do sistema capitalista e assumiram a firme determinação de destruí-lo. Uma campanha sem tréguas contra o inimigo de classe. Uma campanha que esse inimigo jamais seria capaz de suportar. Foi esta a proposta que o PRP fez aos camaradas do MES, da FSP e da UDP. Foi esta a proposta que esses camaradas não foram capazes de aceitar.

CONTRA O ELEITORALISMO O Papel das "eleições

letariado e fiéis gestores do capital, dóceis lacaios do imperialismo. Que o digam os operários conscientes dos seus países e os trabalhadores revolucionários emigrados!

A demagogia pacifista e eleitoralista deste partido está bem à vista com a recente descoberta de grande quantidade de armas na posse de militantes responsáveis seus. Os grandes meios de informação, sempre tão «democratas» e «pluralistas» sempre tão preocupados em denunciar as armas nas mãos dos civis, mostraram as fotografias das armas apreendidas mas «por motivos óbvios», nada disseram sobre quem eram os possuidores dessas armas. Nem os jornalistas «socialistas», Raúl Rego e Vera Lagoa, conhecidos chefes de fila da provocação e do reaccionarismo, abriram a boca. Estes «democratas» e «socialistas» são todos assim, quando estão no poder.

No que respeita ao PC, temos de dizer que este partido foi durante muitos anos a esperança dos mais combatidos e revolucionários elementos da classe operária. Nas suas bases ou a ele ligados por sentimentalismo,

continuam alguns dos melhores militantes da classe operária e sinceros defensores do comunismo.

Mas hoje o PC não é mais um partido comunista. É um partido degenerado subordinado a interesses alheios aos do proletariado, um partido que acumula numerosas traições à classe operária e às massas trabalhadoras. É um partido que opta pelo legalismo/eletoralismo, embora a tática do golpe também não lhe desagrade. São duas táticas de uma mesma estratégia reformista e do domínio sobre a classe. A direcção do PC tem medo da Insurreição e da Revolução Socialista, porque estas representariam o seu fim como direcção e a liquidação do seu objectivo de domínio sobre o proletariado. O PC retirou a ditadura do proletariado do seu programa, mas quando detem poder nalgum local mostra como aceitará de bom grado a ditadura do seu partido e como esta seria contrária aos interesses dos trabalhadores.

O PC joga nas eleições dizendo que é preciso uma «maioria de esquerda» na Legislativa, como se isso fosse resolver alguns dos grandes proble-

OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS «ELEIÇÕES LEGISLATIVAS»

O CDS e o PPD, pelo passado cumplice com o fascismo e o colonialismo por parte dos seus dirigentes e de muitos que integram as suas fileiras, pelos interesses capitalistas nacionais e internacionais a que estão ligados e que desesperadamente defendem, são dois partidos da burguesia mais reaccionária, fiéis agentes do imperialismo em Portugal. Embora isto seja claro para amplos sectores da classe operária e das massas trabalhadoras, mantêm-se, contudo, enganados centenas de milhar ou mesmo milhões de explorados, devido a séculos de penetração e domínio de ideologia burguesa, a décadas do terrorismo fascista (com a implantação da mentira, do crime e da corrupção), aos grandes meios de comunicação (rádio, televisão, jornais) que diária e sistematicamente destilaram e continuam a destilar (agora de forma «democrática e pluralista») o pior veneno sobre o povo trabalhador e explorado. E muito

deste povo irá votar no CDS ou no PPD, sem compreender que está a apoiar um inimigo mortal.

Quanto ao PS, o socialismo que defendem os seus dirigentes está à vista: vomitam ódio e desprezo por aqueles sectores do proletariado português que estiveram à frente das lutas de classe nos últimos anos. Preocupam-se mais com alguns raros e possíveis erros cometidos pela classe operária, os assalariados rurais, os camponeses pobres e as forças progressistas, do que com a exploração e repressão de que estas foram vítimas ao longo de muitos anos. Para os dirigentes do PS valem mais «as pessoas de categoria», as «figuras insígnias» — os Brandt, os Olof Palme, os Wilson, do que todos os trabalhadores explorados e oprimidos juntos. Estes «socialistas» e sociais democratas, parceiros do Mário Soares, têm mostrado bem por essa Europa fora o que valem — inimigos declarados do pro-



CONTRA O ELEITORALISMO

O Papel das "eleições legislativas"

la a servir
aladoras,
pretende
islativas».
poderosos
azão para
na Europa
atemoriza,
de vários

abalhado-
um passo
, milhões
a que por
alimentar
económica,

portada».
ões, vão
as do seu
(fábricas,
favorecer
classe.

s trabalha-
s, mas que
profunda
io entre o
proletaria-
sse a cabo
, extrema-
por aque-
campos e
m os me-
opressão
sumiram a
ui-lo. Uma
ra o inimi-
que esse
de supor-
ue o PRP
3, da FSP
posta que
n capazes

letariado e fiéis gestores do capital, dóceis lacaios do imperialismo. Que o digam os operários conscientes dos seus países e os trabalhadores revolucionários emigrados!

A demagogia pacifista e eleitoralista deste partido está bem à vista com a recente descoberta de grande quantidade de armas na posse de militantes responsáveis seus. Os grandes meios de informação, sempre tão «democratas» e «pluralistas» sempre tão preocupados em denunciar as armas nas mãos dos civis, mostraram as fotografias das armas apreendidas mas «por motivos óbvios», nada disseram sobre quem eram os possuidores dessas armas. Nem os jornalistas «socialistas», Raúl Rego e Vera Lagoa, conhecidos chefes de fila da provocação e do reaccionarismo, abriram a boca. Estes «democratas» e «socialistas» são todos assim, quando estão no poder.

No que respeita ao PC, temos de dizer que este partido foi durante muitos anos a esperança dos mais combatidos e revolucionários elementos da classe operária. Nas suas bases ou a ele ligados por sentimentalismo,

continuam alguns dos melhores militantes da classe operária e sinceros defensores do comunismo.

Mas hoje o PC não é mais um partido comunista. É um partido degenerado subordinado a interesses alheios aos do proletariado, um partido que acumula numerosas traições à classe operária e às massas trabalhadoras. É um partido que opta pelo legalismo/eletoralismo, embora a tática do golpe também não lhe desagrade. São duas táticas de uma mesma estratégia reformista e do domínio sobre a classe. A direcção do PC tem medo da Insurreição e da Revolução Socialista, porque estas representariam o seu fim como direcção e a liquidação do seu objectivo de domínio sobre o proletariado. O PC retirou a ditadura do proletariado do seu programa, mas quando detem poder nalgum local mostra como aceita a ditadura de bom grado a ditadura do seu partido e como esta seria contrária aos interesses dos trabalhadores.

O PC joga nas eleições dizendo que é preciso uma «maioria de esquerda» na Legislativa, como se isso fosse resolver alguns dos grandes proble-

mas concretos dos trabalhadores, como se a direita alguma vez respeitasse eleições quando os seus resultados não lhe convêm. O Chile é um exemplo do crime que representa lançar ilusões eleitoralistas no seio das massas trabalhadoras.

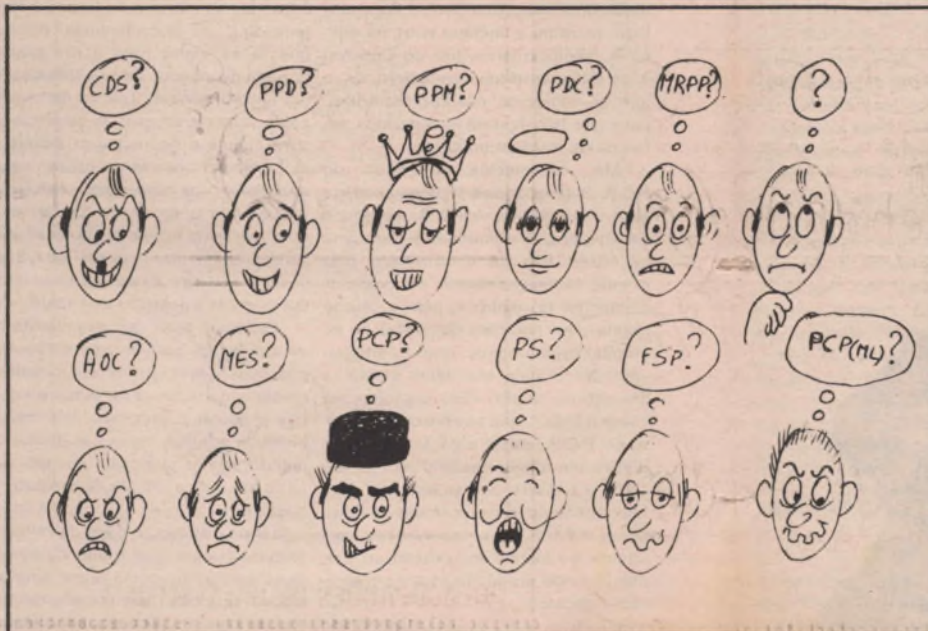
Por outro lado, e ainda a propósito desta campanha eleitoral, é indispensável referir aqui a posição de algumas organizações com as quais temos tido mais prática comum ao longo dos últimos tempos.

Para nós é evidente (foi-o desde o princípio) que a campanha eleitoral que os camaradas do MES, da FSP e da UDP vão levar a cabo será, em menor ou maior grau, uma campanha eleitoralista, independentemente das suas declarações públicas ou das suas boas intenções. Eles, também, sem disporem de grandes meios e de um forte aparelho partidário, procuram retirar votos à direita, obter muitos votos e eleger alguns deputados! E, talvez, com alguns «deputados do povo», mais o PC e o PS, se obtenha a tal «maioria de esquerda» na Assembleia Legislativa!

Sobre a unidade que se poderia

ter construído na esquerda, a propósito da campanha eleitoral, é preciso ficar algumas questões para quem o PRP não apareça como o sectário radical, o desfazedor de unidade dos camaradas do MES não se prejem do monopólio dos esforços. É preciso recordar ao MES, até a iniciativa de reunir as várias organizações (PRP, MES e FSP) tomada por nós. Que essa iniciativa foi alargada à UDP e que os objectos de cada uma das organizações se ram a precisar ao longo de algumas reuniões, nas primeiras das quais teve presente o PRP. Mas o que ficando cada vez mais claro ao longo das reuniões foi o seguinte: MES, e UDP queriam ir às urnas eleger candidatos; para tal, estariam dispostos a fazer uma campanha recuada. Não se coadunava com o único objectivo de campanha que nós consideramos justo neste momento: criação de uma Frente, com um programa, além destas quatro organizações, tivesse uma grande representatividade de elementos dos órgãos do PC Popular e de progressistas saneados das Forças Armadas e da Informa-

DS ou no
je está a
lismo que
es está à
prezo por
riado por
te das lu-
nos. Preo-
s raros e
ela classe
rurais, os
orças pro-
xploração
oram víti-
nos. Para
mais «as
figuras in-
lof Palme,
abalhado-
juntos. Es-
mocratas,
têm mos-
fora o que
os do pro-



PREOCUPAÇÕES DE UM ELEITOR

0

Legislativas"

concretos dos trabalhadores, com a direita alguma vez respeitasse os seus resultados e convém. O Chile é um exemplo de crime que representa lançar eleições eleitorais no seio das massas trabalhadoras.

Por outro lado, e ainda a propósito da campanha eleitoral, é indispensável referir aqui a posição de algumas organizações com as quais temos uma prática comum ao longo dos tempos.

Para nós é evidente (foi-o desde o início) que a campanha eleitoral das camaradas do MES, da FSP e da JDP não vão levar a cabo será, em qualquer grau, uma campanha eleitoral, independentemente das declarações públicas ou das boas intenções. Eles, também, dispõem de grandes meios e de todo o aparelho partidário, procuram votos à direita, obter muitos e eleger alguns deputados! Além disso, com alguns «deputados» mais o PC e o PS, se obtém a maioria de esquerda» na Assembleia Legislativa!

É sobre a unidade que se poderia

ter construído na esquerda, a propósito da campanha eleitoral, é preciso clarificar algumas questões para que o PRP não apareça como o sectário, o radical, o desfazedor de unidades e os camaradas do MES não se prejudiquem do monopólio dos esforços unitários. É preciso recordar ao MES que até a iniciativa de reunir as várias organizações (PRP, MES e FSP) foi tomada por nós. Que essa iniciativa foi alargada à UDP e que os objectivos de cada uma das organizações se vieram a precisar ao longo de algumas reuniões, nas primeiras das quais esteve presente o PRP. Mas o que foi ficando cada vez mais claro ao longo das reuniões foi o seguinte: MES, FSP e UDP queriam ir às urnas eleger candidatos; para tal, estariam dispostos a fazer uma campanha recuada. Isto não se coadunava com o único tipo de campanha que nós consideramos justo neste momento: criação de uma Frente, com um programa, que além destas quatro organizações, tivesse uma grande representatividade de elementos dos órgãos do Poder Popular e de progressistas saneados das Forças Armadas e da Informação.

ELEIÇÕES?



Frente que contribuisse para a unificação da classe e não para a sua divisão, que fosse capaz de conduzir uma campanha anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista, campanha pedagógica e extremamente vigorosa, que o actual poder burguês não comportasse.

Ora, estamos perante dois tipos totalmente demarcados e com objectivos diferentes. Essa demarcação radica em tácticas diferentes e que, com certeza, tem como pressuposto uma análise da situação também diferente.

Pensamos que o que está aqui em causa e a possibilidade ou não da estabilização da democracia burguesa em Portugal, é se o problema do poder está ou não na ordem do dia, é qual o papel que a violência desempenha no processo revolucionário. Concerteza que nestas questões se fundem divergências. Daí a impossibilidade de nos termos entendido para uma actuação concertada no terreno eleitoral. Mas pensamos que a situação política se vai clarificar e que as divergências se irão superar.

ABSTENÇÃO OU VOTO NULO NAS «ELEIÇÕES LEGISLATIVAS»

Para um CDS, um PPD e um PS, apesar das diferentes fracções de classe cujos interesses representam, as «eleições legislativas» serão uma campanha antecipadamente ganha por este conjunto. Quer dizer, esta batalha travada num dos terrenos privilegiados de luta da burguesia será ganha pela burguesia. Se a campanha eleitoral da burguesia se faz durante todo o ano, através dos mais variados meios de comunicação, estão, contudo, já em marcha neste momento grandes manobras eleitorais, como seja a da cimeira «socialista» no Porto.

Também para o reformismo do PC o terreno eleitoral aparece cada vez mais como um dos seus principais e possíveis terrenos de actuação. Os Bernstein, os Berlinguer e os Marchais fazem e farão cada vez mais carreira entre os teóricos e dirigentes do PCP. E quanto mais forem perdendo o pé à situação maior será o grau de traição a que os dirigentes do PCP estarão dispostos.

Quase todas as organizações políticas embarcaram no jogo eleitoral e a sementeira de ilusões poderá vir a ser extremamente perigosa. Há que construir uma poderosa barreira revolucionária à penetração das ilusões lançadas no seio das classes trabalhadoras. Mas já das fábricas, dos campos e dos quartéis surge a voz daqueles que viram no que se traduzem as promessas dos partidos eleitorais, daqueles que lutaram e compreenderam que não foi através de eleições burguesas que obtiveram as suas pequenas e grandes conquistas, dos desempregados, dos reformados, dos pe-

quenos camponeses, cujos interesses continuam por resolver. E a **abstenção ou voto nulo** nas «eleições legislativas» começa a ser a palavra de ordem destes explorados e oprimidos. E para eles a **abstenção ou voto nulo** significam o repúdio por um poder que não resolve os problemas fundamentais da esmagadora maioria das classes trabalhadoras, significa que as eleições burguesas não irão resolver nenhuns destes problemas e significam que a sua resolução passa pela organização e armamento dos trabalhadores para a insurreição e para a Revolução Socialista. **Abstenção ou voto nulo** serão, portanto, o **voto útil** daqueles para quem o caminho não é o das eleições burguesas e que estão dispostos a tomar as necessárias medidas para uma saída revolucionária para a situação actual.

Não há nenhuma contradição entre o que pensam estes camaradas e a posição que iremos assumir perante as eleições presidenciais. Dissemos estar dispostos a apoiar uma ampla Frente que tivesse um programa de acordo com as linhas gerais do documento do Copcon. Não há, portanto, aqui ideias feitas ou transposições mecânicas. O que há é que saber em cada momento analisar a situação concreta e determinar a táctica que melhor servem a estratégia revolucionária. Esta Frente para as eleições presidenciais pode, pelo seu programa e pela mobilização popular que gerará à sua volta, dar um contributo fundamental para a criação das condições necessárias à saída revolucionária que o PRP sempre tem proposto.



PREOCUPAÇÕES DE UM ELEITOR

nos campos

A REFORMA AGRÁRIA EM FOCO



O que nos propomos aqui é uma curta reflexão sobre estes três acontecimentos voltados para a Reforma Agrária, para as eleições e para o golpe fascista. Sim, porque não se pense que o C.D.S., a C.A.P. (a face legal dos fascistas) e seus parceiros «clandestinos» (E.L.P., M.D.L.P., etc.) pensam (re)tomar o poder pelos votos. O que eles pensam é utilizar os votos como arma «legal» e «legítima» para fazerem o golpe à sombra da «vontade expressa do povo português». E se o P.P.D. e C.D.S. não virem como certa ou quase certa a sua vitória eleitoral, então não se estranhe se o golpe vier antes das eleições...

Aquilo a que se assiste é ao desenvolver de uma ofensiva das organizações fascistas que não exclui a violência reaccionária. Conquistar terreno à esquerda é a preocupação dos fascistas que contam para isso com complicitades a nível do aparelho militar e ainda com a complicitade envergonhada deste VI Governo envergonhadamente burguês. Nestas condições, é para nós claro que as eleições só poderão servir a burguesia. Para os trabalhadores elas são um suicídio, e a participação de organizações de esquerda nas eleições só serve para dar legitimidade à vitória eleitoral fascista. Por isso, e apesar da existência de liberdades (nalgumas zonas) burguesas, a única atitude a tomar é não ir às eleições. É, tal como se fez nos tempos de Salazar e Caetano, deixar aos fascistas uma vitória com sabor a derrota.

ERROS REPETIDOS

Pergunta-se então qual o terreno de luta que aos trabalhadores cabe explorar. Ora a resposta dá-a a própria direita: deixarmos de jogar à defesa 12

e passarmos ao contra-ataque. Foi isto que não foi feito: enquanto um punhado de fascistas impõe o fecho do Centro de Reforma Agrária de Coruche, milhares de trabalhadores limitam-se a discursar e gritar meia dúzia de palavras de ordem. Aqui surge a primeira e fundamental crítica às manifestações de Évora, Beja e Portalegre. Críticas que só não formulámos antes dessas manifestações terem lugar para não desmobilizarmos e dividirmos os trabalhadores. Mas agora a consciência dos perigos que ameaçam os trabalhadores e as suas conquistas, impõe-nos que façamos esta crítica. Até porque, a nosso ver, se as coisas continuarem neste pé, o fascismo não demorará. O seu triunfo encontra-se facilitado pela falta de perspectivas de luta e de organização patentes no seio dos trabalhadores, o que os conduz à repetição suicida de erros já cometidos. Assim vejamos:

1.º Até ao 25 de Novembro fizeram-se e refizeram-se manifestações para apoiar este ou aquele militar, para bater palmas a fulano e cicrano. Quanto à organização que permitisse aos trabalhadores fazer frente a um golpe reaccionário, **nada se fez**. E foi por isso que o 25 de Novembro foi uma derrota **sem glória**, porque sem resistência.

2.º Quando se está perante um Governo tão burguês e tão incapaz, *i* altura de se deixar de lado o já estafado método dos abaixo-assinados e das moções. A este Governo os trabalhadores não têm nada a pedir, nem sequer a exigir. A este Governo os trabalhadores tem que **impor**.

3.º Usou-se e abusou-se dos cravos, do «M.F.A.», do pacifismo. Hoje a direita fascista ataca fazendo uso da mais descarada das violências reaccionárias. E não é com cravos, com «vivas» ao M.F.A., com manifestações pacíficas, com moções, nem

com apelos que se faz frente a quem destrói à bomba e mata a tiro. À burguesia não se fazem moções e muito menos apelos. A burguesia ataca-se, porque ela se encarrega de nos atacar.

4.º Numa Revolução é como em qualquer jogo: aquele que jogar sistematicamente à defesa sem pensar em contra-atacar acaba sempre por perder. Por isso vai sendo tempo de abandonarmos a ideia derrotista da «defesa das conquistas alcançadas» para passarmos a pensar e a agir em termos de contra-ataque. Até porque a dita defesa já nos custou a derrota do 25 de Novembro. Até porque a única defesa possível é o ataque. Recuar é dar força ao inimigo.

Eis portanto aquilo que mais condenamos nas manifestações de Évora, Beja, e Portalegre: o carácter defensivo das manifestações de Évora, Beja, e Portalegre: o carácter defensivo das manifestações; o aspecto humilhante e derrotista que lhes deram os apelos, os protestos e as moções às «autoridades» político-militares; a falta de perspectivas de mais 3 manifestações que resultaram em pouco mais que um passeio à cidade.

QUAL A ALTERNATIVA

E talvez não seja de estranhar que o número de presenças fosse tão baixo como o verificado em Évora. É preciso não cair em triunfalismos. É preciso que tenhamos a coragem revolucionária de reconhecermos que, se fosse antes do 25 de Novembro, o número de trabalhadores seria imensamente maior. É urgente reconhecermos que

estamos a recuar, e parece-nos a nós que o principal motivo é a falta de perspectivas. Os trabalhadores querem saber com que linhas se cosem, até porque estão cansados de serem manipulados, de viverem ilusões, de participarem em manifestações «sem sal nem pimenta».

Que cada um meta a mão na sua consciência e responda perante si mesmo: destas manifestações o que é que saiu de novo e de positivo? Que organização é que daí resultou para se fazer frente aos golpes fascistas? Será que basta gritar, como o fez Manuel Vicente, que «temos condições para lhes darmos (aos fascistas) uma resposta imediata, ainda que se tenha de regar a terra com algum sangue dos camponeses»? Onde está essa arma fundamental que é a Organização? O que faziam os milhares de manifestantes se lhes aparecessem pela frente meia dúzia de «chaimites» dispostos a disparar ou outros tantos aviões do «progressista» Morais e Silva dispostos a largarem uns quantos quilos de trótil?

Não! Assim não vamos lá! Assim estamos a dar trunfos ao inimigo.

Se em vez de simples palavras de ordem e algumas palmas se respondesse à C.A.P. na mesma moeda; se se organizassem imediatamente as cooperativas por freguesia, por concelho e por distrito, então outro galo cantaria, e o C.D.S. talvez não fizesse 2.º comício no Alentejo, nem a CAP voltasse a repetir a gracinha de Coruche. E quando o Jaime Neves quisesse cá vir, viria com a certeza de que não seria só o sangue dos trabalhadores a regar a terra...



nos campos

CORUCHE, REFORMA AGRÁRIA

TUDO DEPENDE DA CAPACIDADE DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

O REVOLUÇÃO esteve com trabalhadores do Centro Regional de Reforma Agrária de Santarém e Coruche (CRRA). Partindo da discussão dos acontecimentos de Coruche a conversa generalizou-se e abordaram-se vários problemas que dizem respeito não só aos trabalhadores rurais de Coruche, não só aos trabalhadores rurais do País, mas a todos os trabalhadores,

TRABALHADORES DA CRRA E A REFORMA AGRÁRIA

Revolução — Tem-vos sido feitas várias acusações, desde a falta de honestidade, vigarice, «agitadores», etc. Que pensam disto?

Primeiro trabalhador — Dizem também que quase exigimos de metralhadora na mão que os trabalhadores ocupassem as terras — esta foi dita em Coruche — e muito mais.

Podia-se rebater tudo isso, mas o que tinha interesse era fazer-lo ponto por ponto, quanto ao resto não vale a pena. Em princípio gozamos da fama do funcionário público antigo que é a de não fazer nada.

Terceiro trabalhador — De facto em alguns sítios também existe muita porcaria. Há também os tipos que foram para os CRRA para arranjamem emprego e mais nada, e consideram-no como outro emprego qualquer.

Primeiro trabalhador — Mas nota que as acusações não são feitas a esses tipos porque esses em princípio não fazem nada, portanto são uns tipos porreiros para os tipos lá de cima.

Revolução — Como encaram as tarefas dos trabalhadores dos CRRA em relação à Reforma Agrária?

Primeiro trabalhador — Eu acho que é de facto um problema importante. Enquanto que a Reforma Agrária deve ser feita pelos trabalhadores, os funcionários do Centro apenas devem apoiá-los. Mas o que se está a tentar fazer é uma Reforma Agrária nos gabinetes.

Isto está errado. Qualquer director que para aqui venha e queira fazer a Reforma Agrária no gabinete e que depois os funcionários a vão aplicar na prática, não dá nada, a Reforma Agrária deve ser feita pelos trabalhadores e os técnicos do Centro devem ajudá-los, apoiá-los.

A REFORMA AGRÁRIA, A SITUAÇÃO POLÍTICA

Revolução — Verifica-se que há uma série de propriedades que estão a ser desocupadas ao abrigo do decreto dos 50 000 pontos o que já é discutível. Esta devolução não é mais do que o princípio para atacar o resto

das ocupações. Qual a vossa opinião sobre isto?

Primeiro trabalhador — É possível, mas isso é muito difícil. Na minha opinião isto depende dos tipos que lá calharem em cima. Se calhar lá o CDS no outro dia tudo aquilo que foi feito desde o 25 de Abril de 74 fica sem efeito.

Segundo trabalhador — O que é certo é que o pessoal vai vendo desocupações e isso não é mais do que o reflexo de como as coisas estão a andar.

Quanto a mim tudo depende da capacidade de organização dos trabalhadores, a partir desta capacidade de organização a capacidade de resposta a tudo isto.

Primeiro trabalhador — Uma coisa é certa às boas é que eles não avançam, chegar lá e dizer — vamos embora que isto é do sr. fulano de tal, não vai.

Nós aqui para a ocupação utilizamos muito o problema do subaproveitamento, mas agora já não o podemos fazer, hoje só se pode ir pelos 50 000 pontos. Muitas das herdades que estão agora a ser desocupadas foram ocupadas dentro da lei do subaproveitamento. Se nós tivéssemos tido dinheiro para fazer os filmes do que era a herdade antes da ocupação e de como ela é depois, ainda se podia fazer qualquer coisa, agora assim como é que uma pessoa pode provar seja o que for.

De facto o processo foi muito rápido e esteve-se sempre a trabalhar com falta de material e de dinheiro. Está aqui um camarada que pode falar das restrições de viaturas e de gasolina para cobrir tão grandes regiões, isto mesmo dentro do campo técnico, do campo da assistência. Há muitas formas de tentar lixar uma Reforma Agrária, é o trabalhador que se sente desamparado, somos nós que falando no meu caso concreto passo num local e só lá poderei voltar a passar dentro de um mes e se a calinada está feita, vai logo ser aproveitada, é a falta de planificação, é uma pessoa não saber qual o destino de uma árvore de fruto, (se vai para fruto verde ou se vai para a fábrica), quer dizer são estes factores todos e muitos outros com que uma pessoa se enfrenta e que os reacçãoários vão tentando explorar.

Revolução — Aqui coloca-se o problema do poder.

Primeiro trabalhador — Até é isso fundamentalmente. Até porque quando é nomeado um Rui Vilar para o Banco de Portugal para o Crédito de Emergência, não é por acaso.

Revolução — Essa poderia ser uma forma de começar o estrangulamento económico das herdades colectivas.

Primeiro trabalhador — É isso, como não podem chegar lá e desocupar vão levantando entaves para que o trabalhador comece a ficar «arrasca» e a pensar se não terá feito disparate, para depois os tipos apresentarem isso como uma vitória e como o reconhecimento pelo trabalhador do erro que de facto não cometeu. E assim por diante para lhes ir parar tudo às mãos novamente. Esta é uma das formas que eles utilizam para tentarem recuperar tudo o que os trabalhadores conquistaram.

A MULHER, OS ESTÍMULOS, A NECESSIDADE DA REVOLUÇÃO CULTURAL

Revolução — Nós temos estado em várias cooperativas, onde existem diferenças salariais entre homens e mulheres, em que há quem defenda a necessidade de manter diversas distinções para servir de estímulo. Como encaram isto?

Primeiro Trabalhador — Normalmente na nossa zona há sempre diferenças. Nós temos debatido pouco a ideia com os trabalhadores rurais. A diferença é normalmente de 10\$00, 20\$00. Pensamos que esse é um problema a resolver pelos próprios trabalhadores, há herdades onde já se pratica a igualdade, mas são poucas. Quando se debate o problema encontra-se mesmo certa oposição à igualdade mesmo por parte das mulheres.

Terceiro Trabalhador — Houve uma proposta que foi aprovada numa reunião de trabalhadores de Coruche em que as mulheres continuavam com uma diferença de salário em relação aos homens mas em que teriam menos horas de trabalho, para poderem cuidar dos filhos, etc. Não sei se já deram seguimento a esta proposta.

Quinto Trabalhador — Nesta altura está-se a tentar uma União de Cooperativas a nível do Ribatejo. É por isso que a C.A.P. anda tão à rasca a tentar explorar todos os problemas para tentar tirar força a essa União de Cooperativas que sem dúvida será o ideal

para a resolução dos problemas de comercialização e não só.

Sobre isto eu sei pouco, sei que eles já andam a avançar, que pensam em comprar máquinas, que tem desde cooperativas de construção civil até unidades colectivas de produção, etc.

A NECESSIDADE DA PLANIFICAÇÃO E DO CONTROLE DOS TRABALHADORES

Revolução — Há uma calunia que eles levantam dizendo que os trabalhadores não percebem nada de agricultura, que tem cometido vários erros, que onde havia milho o ano passado e que a terra sofreu tratamento químico os trabalhadores plantaram trigo e ele não nasceu.

Primeiro Trabalhador — Eu não conheço nenhuma área nesse género. Toda a área que conheço para culturas de regadio, está para isso mesmo.

Nós tivemos um problema com um reneiro que tinha 50 hectares de regadio e que alugou 30 à Idal (fábrica de tomate) que por sua vez subarrendou a pequenos agricultores e que este ano vão para o quarto ano de tomate na mesma terra o que é um crime.

É conveniente no entanto dizer a esses cavalheiros que tem a mania que percebem tanto de agricultura e que só provam não saberem nada é que em terrenos que levaram milho com monda química só há uma cultura que lá se pode dar; são exactamente as gramíneas e normalmente os trabalhadores ou vão para o arroz ou para outra qualquer desde que seja gramínea, agora se forem para as culturas de regadio é que elas lá morrerem de certeza.

Segundo Trabalhador — Houve uma notícia na «Capital» em que eles se preocupavam muito porque a área do tomate tinha baixado para 1/5 na zona de Coruche, como se isto fosse um grande erro, quando em Portugal há dois anos dava-se concentrado de tomate aos porcos porque não tinha escoamento.

Existe todo um problema de planificação. Por exemplo com a cultura do arroz verifica-se isto: como o arroz goza de certas regalias nos preços na nossa área há muito terreno que tem hipóteses de dar outra coisa mas como o arroz em vendido quase com as mesmas regalias da cultura de regadio e tem os encargos de cultura de sequeiro eles preferem ir para o arroz.

nos campos

QUEBRADAS / ENTREVISTA

"quantos não terão que perder a vida a defender as nossas conquistas"

Foi há mais de uma ano que a população de Quebradas — aldeia ribatejana próxima de Alcoentre — ocupou os 600 hectares da Herdade, a qual se transformou, assim na Cooperativa Agrícola de Quebradas.

Composta por 80 cooperadores e respectivas famílias («só não a formam os que não têm precisão, quer por idade avançada, quer por possuírem 2 ou 3 hectares»), a Cooperativa de Quebradas é bem o exemplo do que são capazes os camponeses quando lutam unidos pela criação de novas relações de produção.

Estivemos em Quebradas, onde conversámos com cooperadores sobre alguns dos principais problemas da Cooperativa, sobre a busca de que foram alvo no passado dia 2, bem como sobre a sua posição face às eleições que se aproximam.

Sobre este último tema afirmaram-nos:

«Os partidos políticos não são mais do que uma nova propriedade que divide a malta: antigamente estávamos dominados pelas Quintas, agora estamos pelos partidos.

Dos 14 partidos políticos que concorrem, cada qual apresenta a coisa de uma maneira, estabelece um programa.

Mas um programa de quê? De divisão.

Enquanto que antigamente era tudo contra o que existia, agora — sem se querer — são a favor daquilo que existia.

Alguns têm interesse em levar a malta para aí — e a campanha e as eleições servem-lhes bem para isso — outros (sem querer) estão a levar-nos no mesmo caminho.

Eu, por exemplo, tenho uma posição tomada: não ir votar.

Sou contra as eleições, porque as eleições dividem a malta.

Se houvessem umas eleições em que se pusessem os oprimidos por um lado e os opressores pelo outro... Depois iríamos às eleições e veríamos quem é que as ganhava...

OS TRABALHADORES VÃO SOFRER COM AS ELEIÇÕES

Antigamente todos discutiam que havia terras incultas e que era bem

que isto virasse para haver uma divisão e para as terras serem amanhadas; havia outros que diziam que tiravam licenças de caça e não tinham aonde porque as coutadas eram só para os ricos; havia outros que não tinham aonde fazer uma casa porque a terra era dos senhores.

Agora, neste momento, todos se esquecem disso porque há determinados oradores e partidos que vão dizer que uma ocupação é selvagem, que uma coutada tem que existir, que os direitos privados não se podem abolir...

Assim, eu não vejo interesse em votar. Votar para que?

As eleições não resolvem nada, vão é complicar.

As eleições, pendendo para um caminho libertista (como se está a ver), só vão é prejudicar, porque aqueles que prometem a liberdade, querem é ocupar os postos-chaves para ao fim poderem reprimir mais. E, com esta repressão, quem é que vai sofrer? É a malta grande? Não. A repressão cai sempre naqueles que trabalham e naqueles que lutam.

O povo devia votar num Estado que fosse do povo, e não num Estado em que fica o povo dominado pelo Estado.

O Estado, assim, continua a dominar-nos com contribuições, impostos e multas. Vamos votar todos no mesmo tipo de Estado?

Se houvesse um Estado que fosse do Povo, e no qual o povo tivesse liberdades para interferir, então estava certo.

Agora assim, vamos votar para quê? E para quem? Discordo.

Depois das eleições irem por um caminho contrário ao dos trabalhadores, a única alternativa é ir-se para a luta. Só na luta o povo vencerá as dificuldades que as eleições lhes vão criar.

Há várias formas que podemos ter. Por exemplo, eu neste país ainda nunca conheci uma greve de todos os trabalhadores agrícolas. E então esses, se querem dominar, que trabalhem. Ou então os trabalhadores mantêm-se a produzir aquilo que consomem, e aqueles que querem mandar ficam sem comer.

Esta será uma das grandes armas a utilizar.

AS BUSCAS: CAMINHO PARA O FASCISMO

No passado dia 2 este lugar esteve sob o controle da tropa e guarda desde as quatro da manhã até às 11 do dia.

Quando houve tropas a dar buscas a outras Cooperativas na região, se dessem também a esta, então haveria uma justificação: procuravam armas.

Neste momento, quando nos levantamos às 6 da manhã para irmos para a nossa vida e somos surpreendidos por aquele aparato militar e militarizado, até me dá vontade de dizer que isto é pior que no tempo do outro fascismo, porque dantes vinha a GNR, e agora veio o Exército a proteger a GNR com chaimites e essas coisas todas.

Esta Cooperativa deu mais um exemplo de força e do direito que tem em existir.

QUEM SÃO OS LADRÕES?

A CAP chama ladrões aos trabalhadores que ocuparam as terras.

Olhando a História, e quem viva a vida do campo sabe-o bem, vejo a coisa desta maneira: cada aldeia tinha uma quinta. Essa quinta significa que, na fundação das aldeias, houve determinado indivíduo que, instalando-se ali, ficou com a quinta no intuito do resto da população trabalhar para ele.

Isto deu-se porquê?

Porque o povo nunca teve Governo para governar. O que teve foi Governos que se estiveram a governar. Basta ver algumas quintas que aqui existem, cujos emblemas nalguns casos até têm as cinco

quinas da bandeira portuguesa (Torre-Bela, Quinta da Lapa, etc.).

Portanto, eu digo: foram os Governos que existiam que deram essas quintas aos privilegiados. Essas terras foram antigamente roubadas.

No nosso caso, o senhor que ficou com as terras que o povo tinha desbravado, deixou criar mato de 2 e 3 metros de altura.

A Televisão podia cá ter vindo fotografar os matagais existentes, para que o povo português visse a diferença entre esses matagais e as searas que agora existem nesse mesmo local.

E era assim que se desmentiam esses elementos da CAP.

QUEBRADAS: A OCUPAÇÃO FOI ASSIM...



... E ASSIM



Eu não sei mesmo se eles terão interesse em procurar armas ou se é só para amedrontar a população.

Se eles tivessem interesse em procurar armas, que fossem ao ELP e ao MDLP, ou então ao ex-secretário geral do PPD, que afirmou ao Primeiro-Ministro que, em caso de necessidade, armaria 50 mil militantes do PPD...

Eu considero que esta situação está mesmo a caminhar para o fascismo, até porque eles dizem que impõem disciplina, ordem e autoridade. Pergunto: para quem? Para os grandes, que têm novamente a possibilidade de se movimentar?

Como só vejo reprimir os trabalhadores e já não há o à-vontade para a gente poder viver livremente, comparo isto com o tempo do outro fascismo.

Por exemplo, no dia da busca, verifiquei que um cabo e duas praças da GNR de Rio Maior me ofenderam em palavras e falavam já com uma arrogância como no tempo antigo.

Disseram mesmo que, pela vontade deles, se fazia logo ali uma desocupação e que, se fosse hoje, a população de Rio Maior já não nos deixaria fazer a ocupação.

Eu até tenho simpatia pelo Exército, agora pela GNR é que já não. Não é porque me afrontassem — até porque nunca me bateram — mas é pela maneira como agiam: quando passava com a furgoneta ao pé da GNR, mandavam-me parar e faziam uma busca.

Se tinha uma pessoa amiga que me emprestasse o automóvel, podia passar 3 vezes com o automóvel lá, que nunca me mandavam parar.

Dai eu vi que eles não estavam a proteger pessoas e bens, mas a procurar a caça à multa.

O que me fez impressão foi ver o Exército a proteger a GNR!

«NUNCA VI TANTAS TERRAS AMANHADAS»

Conversámos também com os camaradas da Cooperativa sobre os recentes saneamentos à esquerda ou «transferências» nos Centros de Reforma Agrária, bem como sobre a evolução dos seus trabalhos na Cooperativa.

Eis a sua opinião sobre os saneamentos nos Centros de Reforma Agrária:

«O que eles querem com isto é embaraçar os trabalhadores, para que a produção enfraqueça.

Porque é que eles correm com os homens que, não tendo tido interferência na maneira da Cooperativa se criar, nos traziam e ensinamentos em sementeiras, análises de terrenos etc.?

É que a CAP e esses senhores querem correr com eles. Tirar esses homens do que eles andavam a fazer é tirar a liberdade de quem trabalha.

Nalguns casos até dizem que isto é um caos, uma miséria e que a produção é menor. Mas eu nunca vi tantas terras, acerca de 20 anos para cá, amanhadas. Das duas uma; ou foram os trabalhadores; ou foram as Cooperativas, que as desbravaram novamente, ou foram os que comeram os trabalhadores que foram obrigados a amanhá-las.

No fim disto tudo, como é que a produção baixa?

Se é o caso de dizerem que as Cooperativas estão a gastar o dinheiro do Estado, só no fim das contas feitas, após se dizer «emprestaram-se x contos às Cooperativas e agora, quando se recolheram os cereais recebemos y», é que se pode dizer que houve ou não prejuízo.

Mas ainda não chegamos a esse ponto. É porque é que ninguém tem dinheiro que era emprestado aos agrários que, quando fugiram, nem sequer o pagaram? Portanto o Estado antigo está mais desfalcado. Só no Curralcaval deviam 1800 contos à Junta de Colonização Interna e, a Cooperativas de Curralcaval não deve um tostão ao Estado.

Além das sementes e dos adubos, o ordenado tem sido suportado com uma escala de trabalhadores rotativos, em que cada um deixa de ganhar 2 ou 3 dias e vai executar gratuitamente, os trabalhos, na esperança da recompensa quando for...

... duto criado.

Por outro lado, enquanto nos últimos anos não tirávamos mais de 10 ou 20 toneladas de trigo, este ano vamos ter 140.

E isto fora o vinho, o feijão, o milho e as batatas.

«O EXÉRCITO FICARÁ ENVERGONHADO»

Em contraste com a repressão sobre os camponeses desta região, apenas 40 dos 900 pides se encontram presos no forte de Alcoentre. Além disto, permanecem presos dois camponeses da região.

De acordo com os camaradas com quem falámos «mantém os camponeses presos para amedrontarem os outros trabalhadores».

Assim, os camponeses sabem que «com uma repressão bastante forte, o que as autoridades e os agrários pretendem é que os trabalhadores cedam.

Mas a verdade é que, nas Cooperativas que conheço, não vi enfraquecimento e continuo a ver uma grande unidade.

Claro que, a poder de muita força, quantos até nem terão que perder a vida em benefício das nossas conquistas. E eu penso que o Exército ficará envergonhado perante tudo isto, quando se fizer a História.

nos campos

A VIOLÊNCIA FASCISTA DA CAP



...deram-na os trabalhadores de Beja escorregando o PPD

Camaradas:

Os fascistas não param os ataques contra a Reforma Agrária. Contando com a cumplicidade de parte do poder político-militar e com a colaboração da quase totalidade dos órgãos da informação, a famigerada C.A.P. (dita Confederação dos Agricultores de Portugal) continua a espalhar mentiras, a intoxicar a opinião pública, a promover acções violentas e a ameaçar de ir mais longe na sua tarefa de abrir o caminho ao fascismo.

Os senhores da C.A.P. preocupam-se hoje muito com os pequenos agricultores. Afinal o que é a C.A.P.? É uma organização montada e manobrada por grandes agrários que, servindo-se de meia dúzia de lacaios para ornamentar a fachada, procuram desesperadamente iludir e mobilizar os camponeses contra os proletários rurais. Dividir para reinar é o objectivo que os senhores da C.A.P. tem em vista. Só assim se compreende que os grandes agrários, que sempre ex-



A resposta à CAP (caso do Vimieiro relatado abaixo), a resposta às cargas da policia em Évora...

ploraram os camponeses, apareçam agora a pretenderem defende-los.

É exemplo desta manipulação e desta mentira o que se passa no Vimieiro: Joaquim José Alves, proprietário de algumas pequenas fazendas (por herança) aparece como membro destacado da C.A.P., na Televisão, a fazer ultimatos e ameaças ao Governo. E quem é Joaquim José Alves? Trata-se de um laçoi que até à cerca de 5 anos nunca esteve ligado à agricultura e que hoje não semeia as terras que herdou. Anda permanentemente em reuniões aparecendo em todas, desde Braga a Faro. E onde vai arranjar o Joaquim José Alves o dinheiro para estas deslocações? Quem lhe paga a vida que leva? O que sabemos é que anda daqui para acolá no carro do latifundiário José Miguel Lopes Marques que é quem maneja o Laçoi.

Como pode um individuo que não semeia a própria terra, lançar ultimatos a pedir terra para quem, segundo ele diz, a quer trabalhar? E porque exige ele que sejam cedidas terras que estão devidamente trabalhadas e semeadas, e não exige que sejam expropriadas terras de latifundiários que ainda não foram expropriadas e que não são cultivadas? Quem paga e quanto paga a este réptil para ele andar a espalhar todo este veneno?

Alerta Trabalhadores:

Se, só no distrito de Évora, foram semeados, em 1976, mais 2 milhões de kilos de trigo que no ano anterior, isso fica a dever-se às propriedades colectivas de produção e 2 milhões de

quilos de semente a mais, significa um grande aumento na produção, uma diminuição das importações, maior produção e mais postos de trabalho nas fábricas de adubos, de alfaias, etc. Ora é isto que os fascistas da C.A.P. não querem, desejosos que estão de voltar a explorar os trabalhadores, de os obrigar a uma vida de fome, miséria e desemprego, de criarem coelhos e perdizes onde hoje se produz grão. E é isto que os lacaios sem escrúpulos como Joaquim José Alves andam a tramar: fazer a cama ao fascismo.

Camaradas:

Os fascistas utilizam todos os métodos. Onde está um, estão todos. À unidade dos agrários reaccionários é preciso responder com a unidade dos trabalhadores e das forças revolucionárias. À violência fascista é preciso responder com a violência revolucionária. Basta de manifestações-passeio, de festas sem objectivos, de mendigar aquilo a que temos direito. Organizemo-nos para fazer frente ao fascismo, para lhe respondermos taco a taco, exigirmos aquilo a que temos direito.

**MORTE AO FASCISMO!
MORTE À C.A.P. E A QUEM A APOIAR!**

**UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES REVOLUCIONÁRIOS!
EM FRENTE PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

Vimieiro, 1 de Abril de 1976

A Organização local do Vimieiro do P.R.P.

O ATRASO DAS ORGANIZAÇÕES REVOLUCIONARIAS

Continuação da pág. 9

havia necessidade de um partido que fosse mais forte do que ele na defesa dessa autonomia. O PRP comportou-se muitas vezes como se a sua análise e a sua tática, juntamente com as condições objectivas e a capacidade organizativa das massas, fossem tudo, e não considerou devidamente a necessidade duma forte organização para as por em prática.

Estas deficiências de organização do PRP devem-se em grande parte à sua jovem existência, uma vez que só existe desde 1970. Embora possuindo alguns quadros políticos vindos doutros partidos e doutras experiências, o PRP tem uma grande parte de quadros, que embora de qualidade, têm formação e experiência recentes. As suas deficiências de organização enquadraram-se aliás no que aconteceu na sociedade actual, onde milhares e milhares de pessoas, despertadas pelas lutas das massas a seguir ao 25 de Abril, acorreram a organizar-se

em partidos, nos quais durante o fascismo existiam apenas centenas de militantes, que assim se viram a braços com necessidades de organização que ultrapassaram em muito a sua capacidade. E isto é válido para todos os partidos de esquerda com existência real. Acrescente-se ainda as dificuldades de meios (sedes, funcionários, propaganda, dinheiro de um modo geral) que existem num partido que não recebe qualquer ajuda do estrangeiro, por não estar ligado a qualquer potencia.

Não há portanto milagres organizativos; a experiência recente dos quadros, o desequilíbrio entre a procura e a capacidade de organização, as dificuldades de meio, tinham que ter como consequência sérias debilidades de organização. Também essa é uma lição que o PRP tirou do 25 de Novembro, pelo que alterou profundamente, em relação ao passado, a forma como trata actualmente a questão da organização.

AS TESTEMUNHAS DE DEFESA DE ISABEL DO CARMO

Adriano Paiva, operário vidreiro, Marinha Grande; António Alves de Jesus, pescador, Lisboa; Adelinho Gomes, noticiário do RCP; Afonso Barros, dirigente do MES; António Augusto, bancário, Lisboa; António Galhardas, dirigente do MDP/CDE; Artur Portela Filho, jornalista; Armando Moraes e Castro, economista, Porto; Augusto Vieira, juiz, Porto; Dias Martins, operário da CUF, Barreiro; Eduardo Guerra Carneiro, jornalista; Emídio Santana, director de «A Batalha»; Fernando de Almeida, operário da Setenave; Ferreira da Costa, médico, ex-prisioneiro do Tarrafal; Henrique Garcia, noticiário da EN; Hipólito dos Santos, presidente da Associação dos Inquilinos; Jorge Silva Melo, actor, teatro do Bairro-Alto; José Afonso, cantor; José Caro Proença, agente técnico, retornado de Angola; José Eduardo Marques, da Sorefame; José José, da Comissão de Trabalhadores do Hospital do Barreiro; José Pedro dos Santos,

pescador, Ulhao; Hernâni Caldas, operário da Setenave, membro do Comité de Luta de Setúbal; Luis Filipe Martins, jornalista (Jornal Novo); Manuel Anta, jornalista (Diário de Lisboa); Manuel Fazendeiro, operário têxtil, Covilhã; Manuel Serra, dirigente da FSP; Manuel Calado, carpinteiro, Évora; Marcelino Gomes, sindicalista têxtil, Valongo; Maria Manuela Lima, médica; Mário Oliveira, Padre de Macieira da Lixa; Natércia Oliveira, da Comissão de Moradores de Campo de Ourique; Rui Simões, cineasta; Rodolfo Iriarte, chefe de redacção de «A Capital»; Rui Paulo da Cruz, noticiário do RCP; Saldanha Sanches, publicista, militante político; Salvador Costa, soldador, Viana do Castelo; Saul Nunes, advogado; Teresa Paiva, da Comissão de Trabalhadores do H. de StA. Venâncio Moura, amigo do PRP e militante do MPLA.

ESPAÑA/Entrevista a camaradas da Accion Comunista

A fase actual do movimento operário

Na sequência dos diversos contactos efectuados em Espanha com camaradas da «Accion Comunista», o «Revolução» publica hoje uma entrevista em que são abordados vários temas relacionados com a actual situação política em Espanha, de entre os quais salientamos o estágio do movimento operário, a possibilidade de estabilização de uma democracia burguesa em Espanha, bem como formas de luta a desenvolver.

Eis o tema da entrevista:

DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA EM ESPANHA

Um camarada daquela organização resumiu assim o desenvolvimento do capitalismo em Espanha:

«Creio que é claro que a Espanha não é um país de capitalismo avançado, tão pouco é um país subdesenvolvido; ela está no caminho do desenvolvimento capitalista moderno. Isto cria toda uma relação de interdependência com o sistema imperialista».

E acrescenta em seguida:

«Nesta situação de, por um lado um desenvolvimento industrial relativamente importante, e por outro uma super-estrutura política que começa a não estar em condições de satisfazer as necessidades do desenvolvimento capitalista, vão-se criando as possibilidades de organização do movimento operário e vão-se afastando toda uma série de sectores que tinham sido tradicionalmente de apoio ou que tinham estado totalmente neutralizados (o desenvolvimento capitalista espanhol criou, à parte duma indústria relativamente importante, um desenvolvimento impressionante e totalmente desmedido do sector terciário dos serviços)».

O MOVIMENTO OPERÁRIO

A situação extremamente repressiva que a Espanha está actualmente a atravessar leva a uma série de dificuldades na acção revolucionária. Qualquer alternativa ao poder terá, necessariamente de passar por formas de

luta clandestina que dificultam enormemente a cooperação e união entre os partidos políticos e a coordenação geral do movimento operário.

Nos últimos tempos temos ouvido falar, em Portugal, nas lutas que os trabalhadores espanhóis tem vindo a travar. Sobre elas falou-nos este camarada:

«As lutas desenvolvidas nos últimos meses tem-se caracterizado pela combatividade e pelo seu carácter autónomo de organização. Neste momento, em Espanha, a insegurança no emprego e no trabalho é tão grande que se produzem movimentos de solidariedade que são algo de impressionante; têm havido greves gerais em cidades inteiras, em zonas industriais de 200 e 300 mil trabalhadores que se põem em movimento e em greve para que sejam readmitidos 20 ou 30 trabalhadores de uma empresa».

Sobre as **Comissões Operárias**, disse-nos:

«O movimento das Comissões Operárias, com as suas características representadas, por um lado, uma via sindical, de reivindicações e, por outro, na medida em que são clandestinas e formadas essencialmente por militantes políticos, uma perspectiva claramente revolucionária e anticapitalista. Contudo, não constituem um contra-poder: não há controlo operário da produção.»

«Há que marcar a deficiência organizativa do movimento operário espanhol, que se concretiza neste ponto: as lutas (no sector concreto em que se desenrolam as mesmas reivindicações) não convergiram num só combate a nível de todo o território espanhol».

ALTERNATIVAS AO FASCISMO E ESTABILIZAÇÃO POLITICA

Como em Portugal antes do 25 de Abril de 74, também em Espanha várias são as alternativas preconizadas pelos diferentes partidos e organizações políticas:

«A ruptura democrática» é preconizada pela Junta Democrática (na qual a força impulsora é o Partido Comunista Espanhol) e pela Plataforma de convergência Democrática (na qual estão os «socialistas»), a esquerda democrata-cristã e outras forças não propriamente reformistas, mas de raiz maoísta). Tudo isto vai configurando uma alternativa de tipo democrático burguês ao actual governo.

Frente a esta alternativa há a perspectiva do movimento revolucionário, com muita divergências.

Todos esses grupos de Extrema esquerda estruturam-se em três pólos de referência: correntes de origem maoísta, movimento trotskista clássico (que está em franca perda de influência) e toda uma outra série de grupos, nos quais nos consideramos incluídas, que têm dois pólos de referência: por um lado, o sentido positivo

da prática anarco-sindicalista do movimento operário espanhol (o sentido unitário, antiburocrático, de radicalização da classe) e por outro o sector historicamente representado pelo que foi, em Espanha, o Partido Operário de Unificação Marxista (POUM)».

Quisemos também saber o que pensavam os camaradas da Accion Comunista sobre a possibilidade de estabilização de uma democracia burguesa em Espanha após a tomada do poder pelos sectores da burguesia liberal, ao que um dos entrevistados respondeu:

«Isso está um pouco fora da nossa capacidade de previsão, mas creio que as tensões que se tem acumulado em todos os sectores explorados da população espanhola não permitem à burguesia — na condição de que haja um desenvolvimento qualitativo dos trabalhadores que possa apresentar uma frente de certo modo única, tanto sindical como política — absorver e neutralizar este movimento. Nós temos possibilidades muito claras de o movimento operário revolucionário de Espanha tornar praticamente impossível uma estabilização de uma democracia burguesa clássica. Com a situação em Portugal, Grécia, Itália, França, com a situação económica em Inglaterra, etc., pensamos que se estão a criar as condições para um salto qualitativo mais alem do que democracia burguesa».

FORMAS DE LUTA A DESENVOLVER

No actual contexto político espanhol, a única perspectiva válida do ponto de vista revolucionário, é a tomada do poder pelos trabalhadores com vista à reorganização da economia e da vida social em bases socialistas. Para isso é necessário desenvolver determinadas formas de luta, as quais são vistas pela Accion Comunista da seguinte maneira:

«Neste contexto, do ponto de vista tático e imediato, a tarefa essencial é o desenvolvimento de formas de organização autónoma da classe operária. Nós pensamos que as assembleias de todo o colectivo operário devem ser os órgãos de decisão nas empresas, que, a partir das assembleias se devem criar comissões representativas eleitas aí e revogáveis a todo o momento pela assembleia, e que isto é a verdadeira representação dos trabalhadores frente ao patronato. Contudo, o que mais se está a conseguir nas últimas lutas, é o que se chama as assembleias de delegados, que são formadas pelos representantes eleitos em cada empresa e que se coordenam com os outros, quer dizer, um Comité de Greve formado pelos representantes de todas as empresas em luta num dado momento.

«Evidentemente que este esquema tem de se ampliar e estender e tem de formar uma estrutura de funcionamento e de representação directa ao nível de todo o país».

TIMOR

A DESCOLONIZAÇÃO AINDA NÃO ACABOU

DO CIDAC (Centro de Informação e Documentação Anticolonial) recebemos, com pedido de publicação, o seguinte comunicado:

A luta continua em Timor. A última colónia portuguesa a proclamar a independência continua a ser vítima da agressão estrangeira, com parte do seu território ocupada pelo exército fascista da Indonésia. E o povo timor, dirigido pela FRETILIN, intensifica a resistência armada contra o invasor. É uma luta distante e desigual, que intencionalmente se vai deixando cair no esquecimento.

Mas não temos o direito de esquecer. Tal como em Angola contra a África do Sul ou em Moçambique contra a Rodésia, o combate de Timor-Leste contra a Indonésia faz parte da causa universal pela libertação dos povos e portanto é também o nosso combate.

Entretanto a posição oficial portuguesa debate-se em contradições que não consegue resolver:

— por um lado continua a reivindicar o poder administrativo sobre aquele território

— mas não teve possibilidade de se opor militarmente à invasão indonésia.

— nem o recurso à ONU foi capaz de resolver o conflito pela via da negociação.

Qual é então a única solução politicamente justa?

Em primeiro lugar reconhecer que Portugal já não exerce qualquer espécie de poder sobre Timor-Leste, deixando portanto de alimentar a ficção de que se trata de um território sob administração portuguesa.

Em consequência, proceder ao reconhecimento oficial da República Democrática de Timor-Leste e do Governo constituído pela FRETILIN como único representante legal do povo timor

Caso contrário, a atitude portuguesa, além de impotente, torna-se cúmplice da violação do direito dos povos à liberdade e à independência. A insustentável posição actual equivale a uma inadmissível actualidade tática com a agressão indonésia.

Pela sua parte, os anticolonialistas portugueses não tem dúvidas sobre a atitude a tomar:

SOLIDARIEDADE COM A FRETILIN E A RESISTÊNCIA POPULAR ARMADA RECONHECIMENTO IMEDIATO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

internacional/angola

ANGOLA

Após a retumbante vitória militar sobre as forças imperialistas e os seus agentes em Angola (UPA-FNLA e UNITA), o MPLA intensifica agora a criação de um novo Estado, onde a independência nacional e o poder popular sejam realidades vivas.

A construção de uma sociedade nova é, em qualquer situação histórica, um problema inédito que se põe aos revolucionários, problema tanto mais difícil de resolver quanto maior for o número de dificuldades a transpôr.

No texto abaixo transcrito o camarada Lopo do Nascimento, primeiro-ministro da República Popular de Angola, encara séria e frontalmente diversos problemas que se colocam ao MPLA (seja no âmbito interno, seja esfera de relação com as massas trabalhadoras) no decorrer da construção de uma nova sociedade.

Apesar deste texto que é o da comunicação feita no 1.º Seminário das Comissões Desportivas do MPLA, em Malange remontar a Setembro de 1975 (altura em que boa parte do território angolano estava ainda ocupado pelos imperialistas e pelas forças da UPA-FNLA e UNITA), nem por isso ele deixa de constituir uma importantíssima e actual análise sobre as tarefas que se colocam ao militante revolucionário em Angola.

Por tudo isto, julgamos ser do maior interesse para os revolucionários portugueses o estudo deste texto de Lopo do Nascimento, até porque muitas das questões focadas pelo primeiro-ministro da República Popular de Angola interessam directamente à formação teórica e prática dos revolucionários portugueses. No próximo número continuamos a publicação deste importante texto.

Comunicação do camarada Lopo do Nascimento
na encontro da Comissão Directiva do MPLA

Camaradas,

Viemos aqui falar-vos de alguns problemas que preocupam, na actual fase de luta, o nosso Movimento.

Mas, para compreendermos os problemas de hoje, devemos sempre analisar a nossa experiência passada e assim sabermos porque é que eles nos surgem, desta maneira e não de outra:

1. O colonialismo português manteve durante 500 anos o nosso povo numa situação de opressão, que se caracterizava fundamentalmente pela exploração desenfreada da força do trabalho dos angolanos. Foi exactamente essa exploração que os atirou para a miséria em que ainda hoje encontramos no nosso país. Mas para além da exploração económica, e para mais facilmente efectivar essa exploração, o colonialismo lançou mão de outras armas, tais como a humilhação quotidiana e a degradação intencional do nosso povo, sobretudo das camadas sociais que mantiveram contactos mais estreitos com a máquina colonial.

Assim, a nossa cultura foi abafada nos seus aspectos criadores e substituída por uma maneira de viver que não era mais que a imagem da exploração de que os próprios angolanos eram vítimas.

Deste modo, o obscurantismo, o alcoolismo e a prostituição foram fomentados com o fim de degradar o nosso povo, e de, portanto, lhe retirar a iniciativa criadora que o levaria à libertação.

Por outro lado, o colono dispunha de um estatuto de superioridade a to-

dos os níveis, facto que obrigou algumas camadas sociais a adoptar os seus padrões de vida e, em consequência, a alienarem-se da realidade do nosso país de explorados.

Assim surgiu, por imperativo da própria expansão do sistema capitalista em Angola, uma classe de assimilados desligados da luta de resistência ao colonialismo, desencadeada no seio das massas operárias e camponesas.

Vim falar nisto agora aos camaradas porque é esta uma das causas de problemas que iremos analisar adiante.

E por isso lembramos que a luta de libertação nacional é também uma revolução cultural pois que nela iremos criar o homem novo, despido de tudo aquilo que há de mau para o nosso povo e que nos foi inculcado pela classe exploradora.

Na verdade, durante a luta de libertação nacional, nós ganhámos consciência de que aquilo que era mau e existia no seio do povo podia constituir bases para os nossos inimigos. O racismo e o tribalismo, o oportunismo são exemplos desse facto.

E foicomo esta experiência que nós chegámos à conclusão de que era necessário demarcar com rigor quais os comportamentos que eram próprios do inimigo e quais os comportamentos, que servindo os interesses da nossa luta, eram, portanto, os do nosso povo.

É pois desta longa luta de libertação que um homem novo nascerá no chão do novo país. Esse homem novo será uma criação das massas populares que no processo revolucionário se irão transformando.

A REVOLUÇÃO
NA PRÁTICA



Lopo do Nascimento no juramento de Bandeira do Centro de Instrução Revolucionário

Ao M.P.L.A. e aos seus militantes, como vanguarda revolucionária, cabe dirigir este processo de transformação.

Por isso nós devemos exigir que todo o militante do M.P.L.A. seja a antítese dos exploradores, seja guiado por uma ideologia que defenda até à morte os interesses das massas oprimidas.

Nós devemos exigir, utilizando como arma a crítica e auto-crítica, que todo o militante do M.P.L.A. comece a revolução por si próprio, pela sua prática a todos os níveis do quotidiano.

2. A história do homem indica-nos que a sua maneira de viver a sua cultura, se foram alterando pela luta contra a natureza e contra as formas de opressão. Assim constatamos que a produção é a base da dinâmica da sociedade e por isso dizemos que sem produção não há vida nem cultura. A produção é a própria vida.

Mas uma das conquistas do pensamento revolucionário foi assumir a íntima ligação que existe entre a teoria e a prática. E se nós dizemos que sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário, devemos ter sempre presente também, que sem prática revolucionária não há movimento revolucionário.

Na verdade, para resolver completamente a questão teoria/prática é necessário a partir do conhecimento teórico, lógico e racional regressar à prática social, aplicar a teoria na prática, verificando se ela pode conduzir ao objectivo fixado.

Assim, não basta lançar a palavra de ordem «Produzir é Resistir». É preciso fazer uma mobilização geral e

um grande esforço de organização para que ela seja efectivamente aplicada na prática. Também será na prática que o conteúdo desta palavra de ordem será enriquecido e corrigido pela nossa experiência.

É dentro destes princípios que o M.P.L.A. irá desenvolver a produção. Já várias vezes o nosso Movimento indicou o conteúdo revolucionário e fundamental da frente de produção para a nossa luta de resistência.

Alguns camaradas pensam que é impossível dispor de tempo para a reconstrução nacional, uma vez que a resistência popular generalizada exige do M.P.L.A. um grande esforço de organização e mobilização das massas populares para a guerra anti-imperialista.

Esses camaradas chegam mesmo a condenar, como desvio de direita, a palavra de ordem «Produzir para Resistir» dado que o poder de Estado ainda não se encontra nas mãos das massas trabalhadoras.

Camaradas, esses pontos de vista, são errados. Todos os que os defendem são incapazes de compreender que, no nosso processo revolucionário, o povo leva avante uma luta anti-imperialista com uma frente de combate militar e que é necessário ter uma economia organizada para servir de suporte a essa frente militar.

Além disso, nas zonas controladas pelo nosso Movimento, devemos preocupar-nos em melhorar as condições de vida dos operários e camponeses, pois que são estas as camadas sociais que irão ter um papel determinante na nossa vitória. Será que as massas exploradas, poderão continuar a resistir à agressão estrangeira se estive-

ANGOLA

COMEÇA QUOTIDIANA



A libertação da mulher angolana passa pela sua integração no Exército Revolucionário

rem esgotadas pela fome e pela doença? Com certeza que não!

Por outro lado é também através deste esforço de reconstrução nacional, nas zonas controladas pelo nosso Movimento, que nós iremos ganhar os conhecimentos que nos permitirão continuar a luta anti-imperialista quando as condições dessa luta se modificarem qualitativamente (ou seja, quando a agressão militar estrangeira for vencida).

Assim, para materializarmos a palavra de ordem de «Resistência Popular Generalizada», que vai ao encontro dos anseios mais legítimos do nosso povo, temos que cumprir determinadas tarefas revolucionárias, sem o que os nossos objectivos poderão ser traídos.

Todos sabemos que há sectores da nossa economia que são vitais para o avanço a luta anti-imperialista. Por exemplo, é através dos portos que recebemos os bens que não produzimos e que são essenciais à vida do nosso país. Também é através dos portos que enviamos para o estrangeiro os bens que produzimos e trocamos por aqueles que precisamos. É, pois, através dos portos que a nossa economia respira, adquirindo o ar novo necessário ao seu desenvolvimento.

Por estas razões o M.P.L.A. não permitirá a sabotagem económica. E assim, não iremos consentir, por exemplo, no estrangulamento da actividade dos portos. Porque se trata de um sector vital para a nossa economia, teremos a coragem de levar a julgamento aqueles trabalhadores que, paralisando a sua actividade, po-

nam em causa os objectivos da nossa luta.

COMBATE AO OPORTUNISMO

3. Outro dos problemas que defrontamos neste momento é o do oportunismo de alguns sectores do funcionalismo público.

Um dos imperativos da nossa luta é a criação de uma administração pública honesta e que, portanto, esteja efectivamente ao serviço do Povo. Mas para alcançar este objectivo é necessário depurar o aparelho de Estado dos elementos corruptos e preguiçosos.....

Verificamos, no entanto, que alguns camaradas do Movimento, incapazes de pôr em prática a nossa linha política, ainda não despiram os vícios que o colonialismo lhes injectou.

Alguns desses camaradas participaram até na luta de libertação nacional mas não se transformaram nessa luta — contuam a defender e a praticar os princípios burgueses que lhes ensinaram nas escolas coloniais.

Ainda há outros camaradas que, embora até aqui bons militantes, têm vindo a sofrer um processo de degradação anti-revolucionário devido às suas novas condições de vida. Essa degradação fomentada nos camaradas pelos nossos inimigos que pretendem impôr a sua maneira de viver, levando esses camaradas a afastarem-se cada vez mais das massas populares e tomando assim o nosso Movimento permeável à infiltração.

Devemos ainda referir aqui aqueles que, não tendo participado na luta de libertação nacional e tendo tido

sempre uma prática burguesa, querem agora aproveitar em seu benefício as conquistas feitas pelas massas populares. Esses são os oportunistas de direita ou de esquerda que pretendem apenas realizar uma substituição nos lugares de chefia, quer a nível político, quer económico, sem se preocuparem com a transformação radical das relações sociais existentes.

São aqueles que querem para si os carros, as casas e os belos ordenados dos colonialistas sem se lembrarem que o MPLA defende os interesses das classes mais exploradas do nosso país e não permitirá que se forme no seu seio uma nova classe exploradora.

Há também camaradas que consideram que os seus problemas imediatos devem ser já resolvidos e põem isso como condição para a continuação da sua actividade. Falamos, por exemplo, dos camaradas que se recusam a trabalhar enquanto os serviços não resolverem o seu problema de transportes.

A todos esses camaradas errados nós lembramos mais uma vez que o objectivo principal da nossa luta é a defesa dos interesses das massas mais exploradas do nosso país.

Isto significa que devemos fundamentalmente estar preocupados com a melhoria das condições de vida dessas largas massas populares que continuam a debater-se com a miséria e a doença.

Assim, estamos preocupados com o abastecimento às populações das zonas com carências alimentares, com o apoio aos camaradas que foram expulsos das áreas controladas pelo inimigo, com a resolução dos problemas de emprego, habitação, transportes e sanitários das populações das zonas suburbanas e rurais, com o apoio logístico às gloriosas FAPLA, enfim com todas as formas de organização do nosso povo para a reconstrução nacional, para a resistência.

Isto é tanto mais importante quando temos consciência de que, porque essas largas massas populares nada têm a perder com a Revolução e, pelo contrário, têm um país renovado a conquistar, são elas a força motriz da nossa luta anti-imperialista.

E porque temos que demonstrar a esses operários e camponeses que a Revolução serve de facto os seus interesses, devemos realizar este esforço de melhoria das suas condições de vida. Na verdade, esse será um factor de adesão à Revolução e da sua mobilização para a resistência popular.

Por todas estas razões, camaradas, nós vamos fazer com que a administração pública esteja efectivamente ao serviço da luta do nosso povo. Como consegui-lo?

Em primeiro lugar, deve-se acabar com o parasitismo de alguns trabalhadores da função pública reformulando a sua organização de forma a que

só existam funções e lugares efectivamente produtivos.

É necessário, por outro lado, aumentar para 8 horas diárias o horário de trabalho do funcionalismo para que os serviços possam responder aos problemas levantados pelo exodo dos adidos e ainda para que desempenhem com rapidez as tarefas que a situação actual impõe.

Os militantes do MPLA devem combater energeticamente o oportunismo dos trabalhadores que pretendem apenas subir de letra e aumentar os seus salários. Nós vamos pensar seriamente em congelar os ordenados dos funcionários públicos superiores a 15.000\$00, porque talvez a partir dessa soma eles têm garantido um salário que lhes permite viver em condições bastante superiores às da maioria do nosso povo.

Vamos ainda acabar com o novo «tachismo», com a acumulação de lugares nos vários departamentos ou empresas estatais, fixando o princípio de que cada funcionário deve apenas receber o salário que lhe cabe no serviço a que pertence.

Vamos também combater o oportunismo daqueles que, manipulando os trabalhadores, pretendem ser eleitos para lugares de chefia unicamente com o fim de aumentar as suas vantagens pessoais, exigindo que os membros das comissões de gestão ou administrativas continuem a ganhar os salários que lhes caberiam se lá não estivessem.

Todos aqueles que não seguirem estas directrizes, que correspondem aos anseios mais justos do nosso povo e, portanto, puserem em causa os objectivos da nossa luta, irão ser reeducados pelas massas trabalhadoras na produção directa, em campos de recuperação que o nosso Movimento vai abrir em vários pontos do País.



No próximo número:
Os quadros na revolução

Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

EDITORIAL

O «Revolução» prossegue o seu caminho, apesar dos ataques de que é vítima. Este e outros «revoluções» retomarão a análise e a crítica deste poder de direita que se vai instalando em Portugal. E incitarão à organização e à Revolução.

Estas formas de repressão que o poder assume, os seus avanços e os seus recuos, são bem demonstrativos das contradições do actual poder, que ainda não é fascista, mas contém em si elementos fascistas, e que já não consegue manter a «decência» democrática burguesa, apesar de ter, ainda, antifascistas nalguns postos de comando.

Estas contradições e esta heterogeneidade são subitamente postas a nu pelo «escândalo Spínola». Quando Spínola procura que o ELP seja um exército de cerca de 5000 homens, quer dizer que não espera facilmente que as Forças Armadas regulares sejam esse exército. Quando Spínola encomenda milhares de armas, que se podem encontrar em muito maior número nos depósitos de armamento do exército, quer dizer que não tem assim tão fácil acesso a esses depósitos.

A sua organização e a sua encomenda querem dizer também que o golpe de direita planeado para depois das eleições necessita de ser feito a partir do exterior das Forças Armadas, embora dando a ideia de que se faz com estas. Não estão, portanto, todos de acordo, no poder, quanto a Spínola, à sua organização e ao golpe de direita que procuram levar a efeito para depois das eleições. E, alguns deles (uma parte dos «nove») sabem mesmo que cairão sob a espada da nova ordem fascista, se esta se instalar.

Mas, Spínola e a sua organização dizem o nome de cúmplices dentro do Conselho da Revolução, cúmplices esses que não são novidade para os revolucionários, mas cuja nomeação constitui uma denúncia pública importante.

Os documentos apresentados pelo jornalista da Stern são demonstrativos. O facto da direita procurar demonstrar a cumplicidade do PC nesta «ratonada» em que caiu Spínola, em nada invalida as coisas demonstradas em si; o facto de nós sabermos que este escândalo favorece a possível aliança dos «nove» com o PC, o facto de nós sabermos que esta pedrada no charco vem segurar no poder homens como Melo Antunes, cuja estabilidade estava mais do que incerta, nada dessas considerações invalida a importância da revelação feita na revista alemã.

Quando Ramalho Eanes diz que a reportagem alemã se destina a «perturbar a ordem democrática portuguesa», o que quer dizer? Só poderá dizer e demonstrar, se é verdade ou mentira o que lá vem. E, se é verdade, esta nunca perturbou democracia nenhuma, senão a burguesia, claro...

Esta verdade revelada pode servir aos «nove» para se segurarem no poder, pode servir os reformistas para a continuação das suas manobras, mas serve, sem dúvida, também os revolucionários.

Fica demonstrada a cumplicidade deste poder com o fascismo. E fica demonstrado que a direita, se prepara para vir ao ataque a seguir às eleições, jogando assim em dois carrinhos — na engrenagem eleitoral e na engrenagem do golpe.

A luta do CDS por mais votos está intimamente ligada à conspiração golpista. Eleições para obter uma vitória da direita e legitimar um poder de direita; e conspiração golpista para instalar um poder autoritário capaz de reprimir as massas trabalhadoras estranguladas pelo aumento do custo de vida, pelas consequências da agudização da crise económica.

Não há pois que ter ilusões quanto à evolução da situação. Nem as eleições resolvem os problemas dos trabalhadores, nem a situação se manterá no ímpasse actual. E, ou os trabalhadores os revolucionários se organizam para vencer os burgueses e tomar o poder, ou será a direita a fazer o seu golpe. O confronto é inevitável, e o período entre as duas eleições tem todas as condições para o

proporcionar. As organizações que deitaram as suas contas para uma Assembleia Legislativa que ia durar quatro anos, estão enganadas. Aqui, ou vencerá a burguesia ou o proletariado; esta situação de meias-tintas não se vai manter. Os calculistas fazem contas às possibilidades de vitória para o proletariado e pesam os riscos duma derrota. Concerteza

que os riscos de derrota são muitos. Mas, se não se fôr ao combate, se não se fôr ao confronto, há uma verdade dura e grande — o fascismo virá e esmagará tudo o que se mexer do lado da revolução. Podem os calculistas fazer contas — nesse caso a derrota tem cem por cento de probabilidades de ser certa. Portanto, o melhor é arriscar.

NOTÍCIAS

ARMAS: AS QUE ESTÃO NAS BOAS MÃOS: E AS QUE NÃO ESTÃO

O CENTEIO

Foi noticiada nos jornais diários a prisão de um indivíduo chamado CENTEIO, chefe da segurança de um importante partido político. Na sua posse existia um importante arsenal. Notícia-se também que CENTEIO fornecia armas para assaltos (STANDARD ELÉCTRICA por exemplo) e outras acções violentas.

Para além do que diz a Imprensa diária sabe-se também que o CENTEIO foi chefe da PSP, era militante do CDS, foi importante elemento da segurança do PPD e era, ao dia em que foi preso, chefe da segurança do Partido Socialista (o da paz, da concórdia e do «socialismo em liberdade»).

Tortuosos são os caminhos do CENTEIO tal como os dos partidos que, apesar das suas declarações, recrutam mercenários deste quilate para garantirem a segurança dos seus dirigentes e das suas instalações!

S. BRÁS DE ALPORTEL

Perto de S. Brás de Alportel foi apreendida pela GNR, grande quantidade de armamento transportado numa camioneta e disfarçado com palha.

A apreensão foi feita durante uma operação de fiscalização de rotina e a camioneta pertence a um elemento do PPD de S. Brás de Alportel.

APREENSÃO, EM ESPANHA, DE ARMAS DESTINADAS A PORTUGAL

Foram apreendidas pelas autoridades espanholas dois carros, carregados de armas automáticas, e apreciável quantidade de explosivos. A apreensão registou-se já perto da fronteira portuguesa para onde se dirigiam as citadas viaturas. Entre os ocupantes presos encontravam-se o alferes-comando MARCELINO DA MATA, implicado no 11 de Março, preso, e depois libado e libertado após o 25 de Novembro, e um agente da ex-PIDE/DGS.

Mais um ex-PIDE no ELP. Com tantas libertações de «pides» só falta passarem-lhe a todos guias de marcha com o destino: ELP, MADRID, ESPANHA.

FORÇA AÉREA

A reacção na FA tem-se manifestado não só na reintegração de implicados no 11 de Março de 75, mas também no recrutamento de mercenários para a BETP.

Toda esta ofensiva reacção, tem encontrado expressão pública nos recentes discursos do CEMFA, gen. Morais e Silva.

Há, também, por detrás de todo este processo, oficiais reacçãoários que convém retirar da sombra antes que eles nos surpreendam.

Eis alguns dos principais: gen.: Valente, gen.: Silva Cardoso, brig.: Lemos Ferreira, cor.: Moura de Carvalho, cor.: Mascarenhas.

JUNTA

A reacção joga ao mais alto nível. Consta mesmo que se teria formado uma Junta Militar constituída pelo almirante Pinheiro de Azevedo, o general Silva Cardoso e o general Bettencourt Rodrigues.

Segundo círculos militares, a formação dessa junta explicaria a presença inesperada e de certo modo forçada, do primeiro-ministro no encontro, realizado no Algarve, entre o presidente Costa Gomes e o Presidente Tito da Jugoslávia.

EX-MILITARES DESEMPREGADOS

Os ex-militares desempregados têm vindo a organizar-se com fim de lutarem pelas suas justas reivindicações. Assim, realizaram já o 1.º plenário em Braga com cerca de 300 ex-militares desempregados onde definiram objectivos, tomaram consciência da força que são e elegeram uma Comissão Coordenadora encarregada de dinamizar os diferentes distritos da RMN e RML. Neste momento decorrem vários plenários distritais, preparando um novo grande plenário destas duas Regiões Militares.